

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL NA
BALANÇA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: O CASO DA
AMÉRICA DO SUL (1996-2018)**

NICOLY ROSSONI CORREIA

Santana do Livramento, RS

2022

NICOLY ROSSONI CORREIA

**A Influência da Indústria de Defesa Nacional na Balança de Comércio
Exterior do Brasil: O Caso da América do Sul (1996-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção de grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel
Rizzi

Documento assinado digitalmente
 KAMILLA RAQUEL RIZZI
Data: 07/12/2022 12:42:33-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Santana do Livramento

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C824i Correia, Nicolý Rossoni

A influência da indústria de defesa nacional na balança de comércio exterior do Brasil: o caso da América do Sul (1996-2018) / Nicolý Rossoni Correia.

95 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.

"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Política Nacional de Defesa. 2. Comércio Internacional.
3. América do Sul. 4. Brasil. I. Título.

**A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL NA BALANÇA DE
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: O CASO DA AMÉRICA DO SUL (1996-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel
em Relações Internacionais pela Universidade Federal
do Pampa – UNIPAMPA.

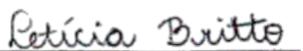
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel Rizzi

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado e aprovado em: 17/01/2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Altacir Bunde
(UNIPAMPA)


Prof.^a Dr.^a Letícia Britto dos Santos
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Não há outra maneira de começar os meus agradecimentos sem ser pela gratidão que sinto pela minha mãe, Marizete Rossoni, que me criou sozinha, me deu tudo que precisei, trabalhou por nós duas e sempre me incentivou a estudar e a me dedicar ao meu futuro. Com o maior esforço se comprometeu a me colocar em colégio particular para que, na minha graduação, eu tivesse mais chances de entrar em uma universidade federal de qualidade, e felizmente foi o que aconteceu. Durante todos meus anos de curso, tu sempre estiveste disposta a me ajudar e a ouvir minhas reclamações sobre as provas, trabalhos e artigos infinitos. Quando precisei de apoio, foste até Santana do Livramento me fazer companhia. Enfim, gratidão imensa por tudo que passamos juntas e pelo aquilo que ainda vamos passar nesse novo ciclo. Obrigada mãe!

Aos meus avós, Iracema Foppa Rossoni e Oscar Frederico Rossoni que, mesmo sendo analfabetos, entendem a importância de uma graduação na vida de um profissional. Principalmente a minha avó, que sempre esteve presente para me acolher, me aconselhar e ouvir meus conselhos. Grande parte do meu ser foi composto pela criação de vocês, já que passei uma boa parte da minha infância no interior, aproveitando as férias da escola. Sou eternamente grata pelo privilégio de ter meus avós na minha vida, ainda mais por poderem compartilhar comigo esse passo tão importante na minha carreira. Ao restante da minha família e amigos: minhas tias, tio, primas, primo, meu padrasto e minha dinda, obrigada por me apoiarem nesse caminho, mesmo com a distância geográfica sempre estiveram por perto para o que eu precisasse.

Obviamente não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) que me acolheu em um momento totalmente novo e desafiador da minha vida. Na instituição eu pude conhecer pessoas maravilhosas que dividiram comigo suas felicidades, suas angústias, nossos momentos de lazer e de estresse profundo com tanta matéria acumulada, enfim, compartilhamos nossas vidas e acabamos nos tornando família. Obrigada, Eduarda, Juliana, Teodora e Maria Clara, nunca esquecerei nossos momentos.

Obrigada também aos meus professores, que na sua excelência auxiliaram

no processo de formação de tantos internacionalistas, assim como eu. Obrigada pela rigidez, disciplina e exigências que talvez no momento eu não tenha entendido o porquê de tanto perfeccionismo, mas hoje, mais madura, tenho a consciência de que toda essa demanda de vocês existe por um propósito: o de formar profissionais qualificados e críticos. Em especial meu muito obrigada a minha orientadora Kamilla, que com toda sua paciência me auxiliou e me guiou durante todo o caminho percorrido na pesquisa do meu Trabalho de Conclusão.

Por último, mas não menos importante, obrigada a mim, por toda resiliência que tive que pôr em prática durante os anos da minha graduação, pelas horas de estudo e dedicação, por não aceitar o mínimo nas minhas notas, por estudar línguas, por conciliar meu trabalho e meus estudos e ainda assim ter tempo para o meu lazer e, por fim, por não desistir - até porque isso nunca foi uma opção, ainda que a dificuldade encontrada parecesse ser impossível naquele momento.

¡Gracias por todo y por todos!

“[...] Se você deseja alguma coisa, lute por isso porque, nesta ardente vontade, o próprio Universo conspirará a seu favor [...]”

- Extraído das transcrições dos Vedas

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar qual o papel da indústria de defesa nacional na balança de comércio exterior do Brasil, especialmente no que se refere à América do Sul (1996-2018). O objetivo da pesquisa é analisar de que forma a indústria de defesa brasileira influenciou na balança comercial do país para a América do Sul entre 1996 e 2018, com um problema de pesquisa: como a Política Nacional de Defesa de 1996 e suas atualizações posteriores influenciaram a maior projeção da indústria de defesa nacional na balança de comércio exterior do Brasil com principais parceiros na América do Sul, entre 1996 e 2018? A hipótese se dá tal que o fomento da indústria de defesa, após a promoção da Política Nacional de Defesa, no ano de 1996 (e atualizações posteriores), resultou em alterações positivas na balança comercial brasileira com países sul-americanos. Ao considerar o Brasil como um Estado emergente no Sistema Internacional, com possibilidades de crescimento devido seus recursos naturais, geográficos e econômico-comerciais, a pesquisa tem como ponto de partida dos estudos o início PND de 1996. A indústria de defesa é de extrema importância para o desenvolvimento tanto econômico quanto tecnológico de um país e, junto a isso, a balança comercial possui um fator determinante para mostrar com clareza esse desenvolvimento econômico. A defesa está bastante atrelada aos equipamentos militares, e estes são o objeto desta pesquisa em relação a sua comercialização internacional. Sobretudo, essa comercialização a ser analisada se dará com um foco nos parceiros do Brasil situados na América do Sul, uma vez que esses países aparecem em destaque nas exportações brasileiras em relação ao segmento. A indústria de defesa é uma grande geradora de empregos qualificados e inovações tecnológicas, já que, para atender a demanda militar, é preciso materiais sofisticados (ANDRADE, Israel de Oliveira *et al*, 2016). Foi possível concluir, a partir desta análise, que a PND e suas atualizações, exerceram grande influência sobre a indústria de defesa nacional, dado que, nas próprias publicações do documento, foi incentivada a diminuição da dependência externa de suprimentos para o setor. Em relação a balança de comércio exterior, esta se manteve bastante oscilante durante os anos analisados, passando por picos de vendas e até mesmo por momentos com transações nulas, mostrando a fragilidade e a necessidade de políticas públicas e de integração regional para o setor.

Palavras-chave: Política Nacional de Defesa; Comércio Internacional; América do Sul; Brasil.

ABSTRACT

The present research intends to analyze the role of the national defense industry in Brazil's foreign trade balance, especially with regard to South America (1996-2018). The objective of the research is to analyze how the Brazilian defense industry influenced the country's trade balance for South America between 1996 and 2018, with a research problem: how the 1996 PND and its subsequent updates influenced the greater projection of the national defense industry in Brazil's foreign trade balance with main partners in South America, between 1996 and 2018? The hypothesis is such that the promotion of the defense industry, after the promotion of the National Defense Policy, in 1996 (and subsequent updates), resulted in positive changes in the Brazilian trade balance with South American countries. When considering Brazil as an emerging State in the International System, with growth possibilities due to its natural, geographic and economic-commercial resources, the research has as its starting point of studies the beginning of the National Defense Policy (PND) of 1996. The defense industry is extremely important for the economic and technological development of a country and, linked to this, the trade balance has a determining factor to clearly show this economic development. Defense is closely linked to military equipment, and these are the object of this research in relation to their international marketing. Above all, this commercialization to be analyzed will take place with a focus on Brazil's partners located in South America, since these countries feature prominently in Brazilian exports in relation to the segment. The defense industry is a major generator of skilled jobs and technological innovations, since, to supply military demand, sophisticated materials are needed (ANDRADE, Israel de Oliveira *et al*, 2016). It was possible to conclude, based on this analysis, that the PND and its updates exerted a great influence on the national defense industry, since, in the publications of the document, the reduction of external dependence on supplies for the sector was encouraged. Regarding the foreign trade balance, it remained quite oscillating during the analyzed years, going through sales peaks and even moments with zero transactions, showing the fragility and the need for public policies and regional integration for the sector.

Keywords: National Defense Policy; International Trade; South America; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1: Fases da evolução comercial do MERCOSUL	31
Quadro 2: Evolução do Intercâmbio Comercial do Brasil com o MERCOSUL (US\$ 1000 FOB).....	33
Quadro 3: Empresas do ramo da defesa criadas na década de 1980	56
Quadro 4: Programas de reequipamento e fortalecimento da estrutura nacional de defesa	61
Quadro 5: PIB de 2018, TIV Total e participação das exportações brasileiras no TIV Total dos países.....	73
Quadro 6: Principais destinos das exportações brasileiras de Produtos de Defesa (US\$ milhões – 2003-2014).....	75
Gráfico 1: Exportações brasileiras por fator agregado entre 1965 e 2010 (% do total).21	
Gráfico 2: Balança comercial brasileira 1996-2018.....	25
Gráfico 3: Exportações brasileiras em \$FOB para a América do Sul 1997-2018.....	27
Gráfico 4: Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Chile US\$ milhões.....	36
Gráfico 5: Balança Comercial Brasil e Colômbia em \$FOB	38
Gráfico 6: Balança Comercial Brasil e Bolívia em \$FOB.....	40
Gráfico 7: Exportações brasileiras de armamentos (1971-2000).....	57
Gráfico 8: Exportações brasileiras de armamentos (2001-2019).....	59
Gráfico 9: TIV das Exportações do Brasil para os países da América do Sul e para o mundo - 2005/2018.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO	17
1.1 Características do comércio internacional brasileiro a partir dos anos 1990	22
1.2 Relações comerciais do Brasil com principais parceiros da América do Sul	30
1.2.1 MERCOSUL.....	30
1.2.2 Chile	34
1.2.3 Colômbia.....	37
1.2.4 Bolívia	39
1.2.5 Venezuela.....	40
2. A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	43
2.1 Política Nacional de Defesa 1996-2005	43
2.1 I PDN	44
2.2. II PDN	48
2.3 Estratégia Nacional de Defesa (EDN)	51
2.4 Apanhado histórico da indústria de defesa e seus impactos na balança comercial	53
3. O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MATERIAIS DE DEFESA DO BRASIL COM A AMÉRICA DO SUL	63
3.1 O Brasil no mercado internacional de equipamentos militares.....	63
3.2 O Brasil no mercado sul-americano de equipamentos militares e os impactos na balança de comércio exterior.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, o Regime Militar brasileiro consolidou a política nacional industrial-militar por meio de uma estratégia de crescimento liderada pelo Estado, o que estimulava o setor da defesa e garantia o mercado para os fabricantes (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017). Nessa mesma época, o Brasil sofreu restrições de obtenção de tecnologia de um dos seus principais parceiros - Estados Unidos da América (EUA); com isso, o país viu como uma possível alternativa para tal política nacional, o investimento nas próprias pesquisas de tecnologia e inovação, o que possibilitou que, em uma década, mesmo com a forte dependência de fornecedores externos, tornar-se um importante exportador de armas e líder entre os países em desenvolvimento (CONCA, 1997, p. 1 apud SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017).

Outro aspecto que corrobora para essa afirmação, foi a eclosão do conflito militar entre Irã e Iraque em 1980, o qual possibilitou um aumento muito expressivo das vendas de armamento. Esse aumento das exportações durante os anos 1980 possibilitou a ideia de que a indústria de defesa poderia superar as limitações e consolidar o país no cenário (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017). Entretanto, com o fim da Guerra Fria, a transição para a democracia na América do Sul, bem como a mudança no cenário internacional que isso implicou, ocorreu a alteração do modelo industrial interrompendo a geração dos saldos exportáveis. O impacto da dependência estratégica do Brasil logo se manifestou na balança de pagamentos e o saldo gerado pelas exportações atingiu um valor mínimo, chegando a não ter registros de vendas externas na década de 1990 (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017).

Em decorrência desse cenário, a Política Nacional de Defesa (PND) de 1996 veio como um marco e deu origem a uma nova configuração nas estratégias governamentais, abandonando a Doutrina de Segurança Nacional do regime militar (COSSUL, 2019). Essa primeira PND significou um profundo avanço para redemocratização brasileira, contudo, em termos de Políticas de Defesa, não apresentou todos os elementos necessários para o desenvolvimento. Em 2005, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a II PND, também foi bastante criticada, porém apresentava uma tentativa de avanço mais concreta em relação à primeira.

A relação estabelecida entre defesa e segurança é tal que a defesa é o conjunto de ações que garantem o estado de segurança, este que sugere a ausência de ameaças (SAINT-PIERRE, 2010). Para comentar sobre os ESI, foi utilizada a obra de Barry Buzan e Lene Hansen sobre a evolução dos Estudos de Segurança Internacional (2010). Segundo Buzan e Hansen (2010), segurança tem relação com temas políticos cruciais como a legitimidade, a autoridade, a política e a soberania, e como o Estado em si, possuindo forte ênfase militar. A segurança está intrínseca ao Estado, pois este e sua nação precisam ser assegurados, assim como o indivíduo étnico, o meio ambiente e o planeta, partindo da segurança nacional até a segurança internacional, que é o que caracteriza os estudos de Relações Internacionais.

A política de defesa lida com assuntos muito específicos da sua área, o que não seria possível transferi-los para a iniciativa privada por exemplo. As Forças Armadas, a Marinha e a Força Aérea atuam em outros âmbitos como na saúde, educação, utilizando seus meios de transporte e entre outros. Por outro lado, agentes dos setores da saúde, educação e correios não podem atuar da mesma forma nas respostas às agressões externas do Brasil (ALMEIDA, 2010). Em razão disso, como uma maneira de formalizar as políticas de defesa brasileiras, foi feita a publicação da Política de Defesa Nacional, em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, e logo após, em 2005, um aprimoramento desta no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Já em 2008, foi publicada a Estratégia Nacional de Defesa, também um desdobramento das primeiras, mais voltada à implementação de ações concretas no campo da defesa.

No caso das Relações Internacionais, estas fomentam uma maior interação entre diversos países, e isso possibilita trocas comerciais valiosas. Um país que exporta conhecimento e tecnologia e ainda conta com recursos naturais próprios tem boas ferramentas para se tornar uma grande potência, e é isso que todos buscam em um Sistema Internacional anárquico. Segundo o autor realista clássico Hans Morgenthau, em sua obra “A Política das Nações” (2003) a política internacional visa três objetivos principais: manter, aumentar e demonstrar o poder. Esses são os objetivos responsáveis pela manutenção do *status quo* do Estado, sendo a continuação e a busca pelo prestígio e o poder os objetivos principais a serem alcançados. Já segundo o autor considerado neorrealista, Kenneth Waltz, com a sua obra “Teoria das Relações Internacionais” (2002), a estrutura anárquica do sistema faz com que os Estados se mantenham em uma

competição para sobreviver no cenário mundial, os mais adaptados sobrevivem e prosperam.

Segundo Libanio, Moro e Londe (2020), a estrutura tecnológica e a importância da tecnologia devem ser analisadas e levadas em consideração, uma vez que produtos com maiores intensidades tecnológicas possuem maior impacto no valor das exportações, e estes geralmente são produzidos por países com maiores graus de desenvolvimento.

A dinâmica internacional recente de comercialização do Brasil tem sido baseada nas exportações de commodities, a elevação dos preços internacionais desses produtos impacta positivamente nas relações comerciais brasileiras, gerando bons resultados. Com isso, o impacto na balança comercial também é positivo. Ainda que os principais produtos exportados pelo Brasil sejam as *commodities*, conhecidas pelo seu baixo valor agregado, o país consegue se manter em uma posição boa como país exportador e, ao mesmo tempo, equilibrar a balança comercial. Entretanto, produtos de alta tecnologia, como manufaturados e produtos industriais, são características de países desenvolvidos, possuem alto valor agregado e geram altas divisas para quem os exporta. A importância científica desta pesquisa é justificada pela contribuição que ela representa tanto para análises de mercado no âmbito da defesa, quanto para possíveis novos investimentos nesse setor tão importante para o Estado. Além dos incentivos em pesquisa e desenvolvimento que a alta tecnologia agregada necessita.

Os conceitos de política pública e de Defesa norteiam o trabalho e auxiliam no entendimento dessas políticas, assim como elas se mostram essenciais para o tema do comércio internacional e o tema da Defesa propriamente dita. Em relação aos conceitos de Comércio Exterior e Comércio Internacional, serviram de base para analisar a balança comercial brasileira, bem como ela se comportou durante o período escolhido. Além disso, os temas de Comércio Internacional estão diretamente ligados às Relações Internacionais do Brasil com outros países, principalmente com nossos vizinhos da América do Sul. Os estudos desta pesquisa colaboram para o segmento da defesa e do comércio internacional do Brasil, uma vez que esse assunto não é tão explorado quanto deveria, dado sua importância, e inclusive poderia incentivar maiores pesquisas nesse âmbito.

O problema de pesquisa a qual este Trabalho se refere é: Como a PND de 1996 e suas atualizações posteriores influenciaram a maior projeção da indústria de defesa nacional na balança de comércio exterior do Brasil com principais

parceiros na América do Sul, entre 1996 e 2018? Sendo assim, a hipótese a que se pretende corroborar no presente Trabalho é de que o fomento da indústria de defesa, após a promoção da Política Nacional de Defesa, no ano de 1996 (e atualizações posteriores), resultou em alterações positivas na balança comercial brasileira em decorrência do comércio exterior desses artefatos, principalmente pelo intercâmbio comercial com parceiros estratégicos sul-americanos.

Em relação à metodologia de pesquisa deste Trabalho, de acordo com Gerhardt & Silveira, “a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, vai além da descrição dos procedimentos, indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 12-13). Para desenvolver o presente Trabalho de Conclusão de Curso, os procedimentos metodológicos adotados foram, quanto aos objetivos, a pesquisa explicativa, ou seja, tomou-se como desígnio não apenas descrever os fenômenos ocorridos desde a criação do Projeto Nacional de Defesa entre os anos de 1996 e 2018, bem como seu efeito na balança comercial brasileira, como também identificar seus efeitos no sistema como um todo.

Ademais, foi empregada a abordagem qualitativa, sem preocupação com a quantificação de valores ou fenômenos. Segundo MINAYO (2002), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados e das relações e ações humanas, algo não captável em equações, médias e estatísticas. Dessa forma, a pesquisa qualitativa trabalha com os significados, motivos, atitudes, crenças, ou seja, algo não quantificável em questões puramente numéricas. Para tal, esta pesquisa foi elaborada a partir de levantamentos bibliográficos.

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões (ANDRADE, 2010, p. 25 apud SOUSA, OLIVEIRA, ALVES, 2021).

A pesquisa bibliográfica é indispensável na academia, sobretudo nas Ciências Sociais, a qual é muito baseada em teorias, conceitos, referências de diversos autores famosos de cada área específica. E é nesse sentido que a construção desse Trabalho de Conclusão ocorreu.

Logo, o primeiro capítulo consiste em considerações sobre o comércio internacional do Brasil, suas características de mercado, demandas e ofertas. A análise é feita com base nestes pontos, problematizando as mazelas tecnológicas do país. Em seguida, os principais parceiros sul-americanos do Brasil são citados, bem como o intercâmbio comercial desses países com o Brasil. O segundo capítulo da pesquisa tem como primeira parte a Política Nacional de Defesa, suas atualizações e a Estratégia Nacional de Defesa. Os objetivos, diretrizes e o cenário internacional, descritos nos documentos das PNDs, são analisados e comparados na primeira e na segunda versão, assim como a mesma análise é feita sobre a Estratégia Nacional de Defesa. A segunda parte do capítulo traz um breve apanhado histórico da Indústria Nacional de Defesa, as dificuldades enfrentadas, o desenvolvimento e as principais empresas que surgiram formadoras desse setor.

O terceiro e último capítulo aborda o intercâmbio comercial internacional de Materiais de Defesa do Brasil com os principais parceiros da América do Sul. A primeira parte do capítulo traz um apanhado de como o Brasil se comporta no comércio exterior dos produtos de defesa de um modo geral no sistema internacional. Posteriormente, há um subcapítulo dedicado aos tratados que o Brasil é signatário em relação aos cuidados com armas convencionais e de destruição em massa. Por fim, a última parte do terceiro capítulo aborda os intercâmbios comerciais do Brasil com os demais países sul-americanos, e como esse intercâmbio afeta a balança de comércio exterior brasileira.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO

Desde o final da década de 1940, o comércio internacional vem passando por mudanças significativas, muito em razão das mudanças pelas quais o próprio sistema mundial passou. Porém, foi ao final da década de 1980 que essas alterações se acentuaram, e segundo Manzi (2014) essas mudanças se basearam na a) elevação do índice de internacionalização dos países e a modificação na pauta das exportações; b) o crescimento do papel das empresas multinacionais e o surgimento de novas estruturas organizacionais como as Cadeias Globais de Valores (CGVs) e, c) a maior diversificação e crescimento dos acordos multilaterais e bilaterais de comércio internacional. Concomitantemente a todas essas mudanças no cenário internacional, o Brasil também passou por alterações no seu modelo de exportação, afinal foi nessa época que aconteceu o esgotamento do modelo de substituição de importações, dando espaço ao processo de abertura comercial e financeira (MANZI, 2014)¹.

Outro dado importante refere-se ao final da década de 1980, quando as taxas de crescimento do comércio internacional superaram as taxas de crescimento do próprio Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Enquanto o PIB mundial cresceu 3,1% ao ano, entre 1985 e 2011, a taxa média de crescimento anual do comércio internacional nessa mesma época foi de 5,6%, dados do World Trade Organization (MANZI, 2014). Além disso, a redução nos custos de transporte internacional dos bens e mercadorias e as mudanças no cenário da divisão internacional do trabalho também foram fatores importantes para o desenvolvimento do comércio internacional.

Como efeito desse fenômeno, houve o aumento da internacionalização de economias nacionais, que é possível mensurar por meio do coeficiente de abertura comercial (soma das importações e exportações, e o quanto esse valor representa no

¹ O modelo de Industrialização por Substituição de Importações foi o que deu sequência na transição do antigo modelo Primário Exportador, época na qual aconteceu a crise mundial de 1929. O início do processo de Substituição por Importação se deu por uma crise externa provocada pela deterioração dos termos de troca e pela queda da capacidade de importar. Ao mesmo tempo em que acontecia a substituição dos importados pela produção nacional, novas necessidades de importação foram surgindo e assim obrigando a realização de novas substituições e assim sucessivamente (MATTEI; JUNIOR, 2009).

PIB). Entre 1980 e 2011, dentre os países do G20² comercial, apenas Indonésia e África do Sul apresentaram diminuição do índice. Ainda segundo Manzi (2014), as economias emergentes apresentaram destaque na intensificação dos laços comerciais com o exterior, ao mesmo tempo que nas economias já desenvolvidas o índice não cresceu tanto.

A elevação das taxas de crescimento do comércio internacional desde o fim da década de 1940 ocasionou alterações na pauta das exportações mundiais. O comércio internacional de produtos agrícolas, que em 1900 representou 57% das exportações mundiais, perdeu participação para as transações internacionais de bens manufaturados no decorrer do século XX. Em 2011, o comércio de bens manufaturados representou dois terços das transações internacionais, enquanto o comércio de produtos agrícolas equivaleu a menos de 10% das exportações mundiais. Entre 1950 e 2011, as exportações mundiais cresceram em média 6% ao ano. Todavia, enquanto as exportações de produtos agrícolas cresceram 3,5%, a comercialização de bens manufaturados aumentou aproximadamente 7,5% ao ano no mesmo período (World Trade Organization, 2012) (MANZI, 2014 p. 12).

O comércio internacional de um país é o principal gerador de divisas comerciais com países estrangeiros, além de ter um papel importante no desenvolvimento da balança comercial. A manutenção positiva da balança de pagamentos se dá pelo aumento das exportações em relação ao número das importações, dessa forma é possível obter saldo positivo. No caso brasileiro, o comércio internacional tem características bastante definidas, forte participação com as *commodities* industriais e minerais, além dos produtos semimanufaturados e de baixa intensidade tecnológica (FILHO; LOPREATO, 2016). A tímida participação do Brasil com produtos de alta tecnologia e alto valor agregado no comércio internacional já é conhecida pela literatura nacional, bem como a necessidade de mudar esse cenário.

² O Grupo dos vinte (G20), também conhecido como G20 financeiro, foi criado em 1999 em resposta às crises financeiras do México (1995), na Ásia (1997) e na Rússia (1998). Além disso, os países em desenvolvimento consideravam pertinente a extensão do G8, que era o grupo dos 7 países mais ricos do mundo mais a Rússia. O objetivo da criação desse grupo era reunir as maiores economias, tanto avançadas quanto emergentes para discutir estratégias sobre o mercado financeiro global. Atualmente, esse grupo representa 80% do PIB mundial, 75% do comércio global e 60% da população do planeta. O G20 não é uma organização internacional, não possui um secretariado permanente e nem recursos próprios. A presidência desse grupo é anual e rotativa (BRASIL, 2021).

Logo, a urgência da inserção do Brasil no mercado internacional com produtos de elevada tecnologia se mostra clara diante dessas discussões (FILHO; LOPREATO, 2016).

[...] do ponto de vista macroeconômico, os fluxos de comércio constituem um dos principais componentes de um balanço de pagamentos; sob a ótica microeconômica, afetam diretamente a oferta interna de bens e ampliam os mercados para as indústrias exportadoras, impactando os níveis de bem-estar das sociedades (SILVA, 2016 p. 12).

A relação da especialização produtiva e o comércio internacional está diretamente ligada ao desenvolvimento dos países, e nota-se que as características da estrutura exportadora e produtiva são determinantes para explicar o desempenho ao longo do tempo (LIBÂNIO; MORO; LONDE, 2020). Segundo Silva (2016), “a diversificação da pauta exportadora, com a inclusão de mercadorias industriais de maior valor agregado, é um objetivo geralmente perseguido pelos países” (p.12). Os países periféricos têm como característica a exportação de *commodities*, principalmente agrícolas. Enquanto os países ditos desenvolvidos são exportadores de alta tecnologia e com maior impacto do valor exportado, o que evidencia a necessidade de variação de produção e exportação do Brasil (e outros países em desenvolvimento), para atingir uma inserção internacional nesse mercado³.

Desde a independência do Brasil, no século XIX, a inserção do país no sistema mundial foi baseada no modelo liberal conservador, o modelo agroexportador. Esse modelo foi o primeiro que se alastrou em larga escala pelo mundo, a partir da visão e dos interesses europeus. Segundo Cervo (2003) esse modelo fazia com que as economias em desenvolvimento abrissem suas portas aos manufaturados de economias mais estruturadas, ficando com suas produções voltadas apenas aos produtos primários - o que impedia o desenvolvimento da tecnologia interna. O principal objetivo era abrir os mercados estrangeiros para as *commodities* brasileiras,

³Por países periféricos, é possível conceituar a partir do entendimento de que a economia daquele país, ou região, apresenta trajetórias de crescimento instáveis, grande dependência de capitais externos, altas concentrações de riqueza e baixa capacidade de resistência em relação a choques externos e crises. Dessa forma, seguindo a lógica de acumulação de capital na escala mundial, o subdesenvolvimento de alguns países resulta no desenvolvimento de outros. Essa dependência significa que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão da outra a qual está subordinada (CARCANHOLO, 2008).

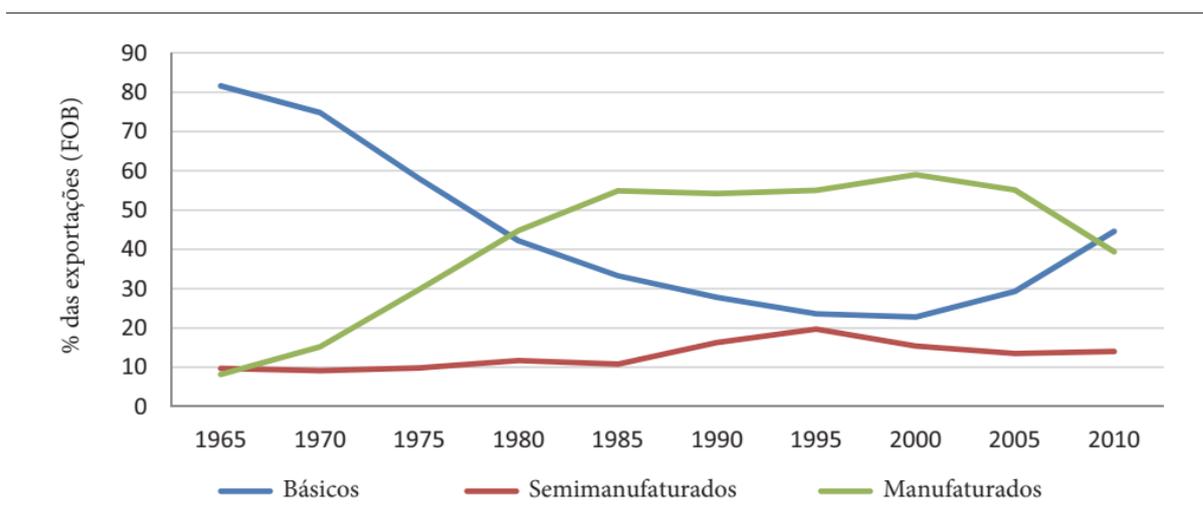
assim mantendo o crédito internacional do país. As *commodities* são caracterizadas como produtos pouco ou nada industrializados, como insumos agrícolas (milho, trigo, soja) como óleo e minerais (minério de ferro e petróleo) e como metais (ouro, prata, alumínio). Esses são produtos de origem primária, são as matérias primas utilizadas para diversos fins em outros países importadores. Com a crise de 1929, o preço e a demanda pelas commodities caíram demasiadamente, fazendo com que ocorresse o esgotamento do modelo econômico baseado na importação de bens industriais e exportação de produtos agrícolas (MANZI, 2014).

Cervo (2008) afirma que as estratégias durante o período do Estado nacional desenvolvimentista (1930-1989) contribuíram para a modernização e industrialização do parque industrial brasileiro, bem como a abertura de novos mercados consumidores no exterior, diversificaram a pauta de exportação do Brasil. A transição do modelo liberal conservador para o Estado nacional desenvolvimentista foi como uma revolução latino-americana, pois teve muitas características em comum dentre os países dessa região. Nesse modelo, o desenvolvimento seria o vetor da política externa, bem como a indústria seria instrumento de satisfação da população. Sobre isso, Cervo (2003) comenta: “Os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional foram de natureza a romper o modelo de dependência acoplada centro-periferia, conceituado pelo pensamento estruturalista de matriz cepalina.” p. 14.

Na década de 1990, um novo paradigma surgiu e se consagrou como a grande invenção política latino-americana: O paradigma do Estado Normal (até 2002). Esse modelo é relacionado com as aberturas comerciais que os novos chefes de Estado pregavam no período. Com isso, a funcionalidade do Estado seria reduzida, e o próprio mercado iria se encarregar do desenvolvimento (CERVO, 2003). Em suma, os novos caminhos a serem tomados eram em relação à abertura do mercado de consumo e de valores, abertura do sistema produtivo e de serviços, privatizações, superávits primários, eliminação do Estado empresário e proteção ao capital e ao empreendimento estrangeiro (CERVO, 2003).

A fim de ter uma melhor percepção em relação ao fator agregado das exportações brasileiras, o gráfico a seguir ilustra a situação das exportações brasileiras durante o período de 1965 e 2010. Sendo os produtos “básicos” referentes às *commodities*, as quais já foram exemplificadas anteriormente.

Gráfico 1: Exportações brasileiras por fator agregado entre 1965 e 2010 (% do total).



Fonte: Manzi (2014), p. 13, com dados obtidos através do MDIC/SECEX.

Em relação aos bens manufaturados, é possível observar pelo gráfico que houve um aumento progressivo: 10% das exportações totais em 1965, 44,8% em 1980 e 59% no ano de 2000. Em contrapartida, nas exportações de bens agrícolas foi o contrário: 81% das vendas externas totais em 1965, 42,2% em 1980 e 22,8% em 2000 (MANZI, 2014). Por outro lado, em 2010, pela primeira vez desde a década de 1980, as exportações de *commodities* primárias ultrapassaram as vendas de manufaturados.

A primarização das exportações brasileiras se intensificou após a eclosão da crise econômica de 2008. As elevadas taxas de urbanização e crescimento econômico nos países em desenvolvimento – principalmente China e Índia – elevaram os preços e a demanda por *commodities* primárias exportadas pelo Brasil. Um dos efeitos do maior crescimento econômico dos mercados emergentes é manutenção da demanda externa por *commodities* primárias exportadas pelo Brasil. Como resultado, as *commodities* primárias ganharam maior participação nas exportações nacionais (MANZI, 2014, p. 13).

Ainda assim, o Brasil passou a registrar incremento do potencial exportador a partir do início dos anos 2000, pois o Plano Real havia ocasionado perdas significativas da competitividade cambial, tendo a parcela das exportações do PIB caído a 6% entre 1996 e 1998 (SARQUIS, 2011). Já em 1999, com a desvalorização e a flexibilização do câmbio, houve uma boa recuperação das exportações. Em um cenário de economia mais aberta no sistema internacional, as variáveis como o câmbio alteram significativamente as perspectivas. Com isso, segundo Sarquis (2011), essa questão é relevante na medida em que a expansão nas exportações tem sido muito mais pelas *commodities* do que por bens manufaturados, sendo que o Brasil havia conquistado um importante papel desses bens, incluindo bens de equipamentos como aeronaves na pauta exportadora nacional.

1.1 Características do comércio internacional brasileiro a partir dos anos 1990

Entre as décadas de 1960 a 1990, a diplomacia brasileira esteve vinculada a um insistente discurso multilateralista no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), além da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o próprio Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (CERVO, 1997). Segundo Cervo (1997), havia alguns elementos principais que alimentavam essa pregação multilateralista da diplomacia liberal brasileira, como a) a crença no aumento das exportações como aceleração do desenvolvimento; b) a convicção de que os países mais desenvolvidos erguiam obstáculos à penetração dos produtos de países em desenvolvimento; c) a reivindicação de tratamento especial a partir dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento, sem contrapartida e d) a posição de *global trader*⁴. Essa pregação passou pelas fases de entusiasmo, ceticismo e descrença, conforme a diplomacia se movimentava nos órgãos multilaterais (CERVO, 1997).

Contudo, a percepção de que o sistema internacional obedecia a regras desfavoráveis ao mundo em desenvolvimento acabou fomentando uma determinação de articulação com os países em desenvolvimento e os ditos de Primeiro Mundo,

⁴ Um país que apresenta relações comerciais em escala global, atuando em vários eixos e em praticamente todas as áreas do mercado internacional é considerado um *global trader*.

buscando por negociações Norte-Sul (CERVO, 1997). Já nos anos 1980, esses esforços produziram certa perda de credibilidade no multilateralismo. Como um reflexo dessa situação, a política exterior deixou a passividade de lado e começou a procurar novas oportunidades. Os presidentes do Brasil e da Argentina, José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente, inauguraram uma nova modalidade de integração regional em meados dos anos 1980. Os movimentos de diplomacia no Cone Sul lançavam as bases para uma nova experiência de integração. Esse novo processo era visto como uma saída para o malogro do multilateralismo, assim como as anteriores tentativas frustradas de integração latino-americanas. Brasil e Argentina comprometeram-se a elevar o volume do comércio, desenvolvendo uma maior cooperação econômica, bem como desenvolver tecnologias em setores estratégicos. A Ata para Integração Brasileiro-Argentina, firmada pelos chanceleres Abreu Sodré e Dante Caputo definiram os preceitos da nova integração (CERVO, 1997).

Os anos 1990 presenciaram uma mudança radical do pensamento diplomático brasileiro em relação às interações econômicas internacionais do Brasil. Essa foi a década na qual foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, conhecida como a abertura comercial/liberal. Essa nova política extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias impostas do período de substituição de importações, bem como seguiu com um cronograma de redução de tarifas de importação (AVERBUG, 1999). Esse novo pensamento começou a ser imposto desde os primeiros dias de governo de Fernando Collor de Mello, o qual vinha desde sua campanha com discurso de modernização que alimentava uma expectativa de inserção internacional do Brasil, destacando duas decisões: a abertura de mercado e a privatização de empresas públicas (CERVO, 1997).

O diagnóstico das dificuldades que a ordem internacional em construção após o término da Guerra Fria oferecia à abertura da economia brasileira fundava-se em percepções novas, mas também em obstáculos tradicionalmente denunciados: o protecionismo dos ricos e o egoísmo dos megablocos econômicos convertidos em “fortalezas comerciais”, a fraqueza do multilateralismo, a retirada da cooperação para o desenvolvimento da agenda internacional. O discurso liberal-modernizador do início dos anos noventa mergulhava na ideologia dependente: pela via da abertura comercial e econômica, a promoção do desenvolvimento interno era confiada ao estrangeiro que, mediante a transferência de tecnologias e de recursos,

elevaria a competitividade do sistema produtivo nacional ao tempo em que o desnacionalizava (CERVO, 1997, p. 16)

A formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi a resposta sul-americana aos novos moldes do sistema internacional e da economia mundial. O processo de integração foi oficializado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos países Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Esse bloco instituiu a zona de livre comércio, a concretização da união aduaneira, assim como a criação de um mercado comum entre os países (AVERBUG, 1999). Já em 1995, com o Plano Real em vigor, assim como as políticas de integração comercial do Mercosul, a conduta nas importações começou a ser subordinada aos objetivos da estabilização de preços e proteção. Ainda segundo Averbug (1999), a partir de 1996 foi possível observar um tímido viés de alta nas alíquotas de importação, conforme a tentativa de conter o déficit de conta corrente, em razão da estabilidade do real.

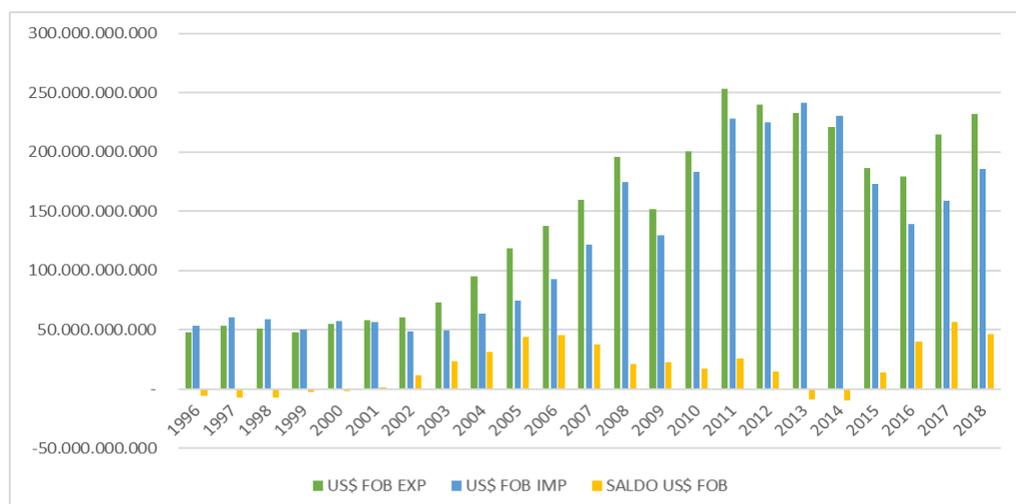
O comportamento da balança comercial já na segunda metade da década de 1990 foi caracterizado por diversos fatores, inclusive muitos deles com efeitos expansionistas nas importações. Primeiro pela liberalização da economia e a estabilização com o lançamento do Plano Real em 1994; depois com o próprio processo de integração do Mercosul e a retomada das privatizações (AVERBUG, 1999). Os mercados mais importantes na década de 1990, levando em consideração o crescimento relativo e o volume importado, foram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE). Inclusive, em 1998 no *ranking* de exportações brasileiras, aparece em primeiro lugar a UE, em segundo a ALADI e em terceiro os EUA (AVERBUG, 1999).

Partindo para um cenário mais recente, os anos 2000 foram um período importante para o comércio exterior brasileiro. As exportações brasileiras, no período 2000-2012, tiveram uma expansão de 340% - cerca de 13% ao ano, o que foi quase o dobro da taxa mundial (177%), e rendeu uma participação positiva do Brasil no comércio mundial (FLIGENSPAN; BENEVETT, 2015). Em 2010, o volume de comércio no país atingiu US \$383 bilhões, o que foi um recorde histórico (KUPFER et al, 2012). Foi entre 2003 e 2008 que o desenvolvimento dos fluxos comerciais atingiu

o auge, o crescimento acumulado das exportações no período conseguiu ser superior aos das exportações até 2005, porém, nos anos seguintes, as importações se sobressaíram devido ao crescimento da economia brasileira. A partir de 2001, o saldo da balança comercial começou a ser positivo, chegando a atingir US\$46 bilhões em 2006 (KUPFER et al, 2012).

Naturalmente, esses valores não foram totalmente uniformes durante todo o tempo: em 2009, por exemplo, o Brasil sentiu os efeitos da crise econômica de 2008, mas, surpreendentemente, em 2010 já havia se recuperado e atingido números positivos, como foi dito anteriormente. O gráfico que segue mostra as variações da balança comercial durante todo o período estudado na pesquisa, de 1996 até 2018, sendo possível observar os saldos tanto positivos quanto negativos nos devidos períodos já comentados e ainda os que irão ser analisados posteriormente.

Gráfico 2: Balança comercial brasileira 1996-2018.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos através da SECEX.

Apesar de o intervalo ser bastante extenso, é possível observar que até o ano de 2001, os saldos estavam negativos, como já havia sido comentado anteriormente, a partir desse ano, o saldo se manteve positivo durante os anos 2000-2012. Por outro

lado, mais uma vez saldos negativos apareceram em 2013, os quais serão comentados posteriormente. No gráfico também é possível observar a importante elevação das exportações em 2010 e 2011, tendo o indicador em verde (FOB exp.) atingido os maiores números do gráfico todo inclusive.

O caminho de crescimento do comércio exterior brasileiro nos anos 2000 sofreu alterações consideráveis devido à crise internacional de 2008. Segundo Kupfer et al (2015), os principais canais de transmissão da crise para o comércio do país foram as expectativas, o crédito e a retração da demanda internacional. Tanto vendas quanto compras externas diminuíram, tendo a primeira retraído mais do que a segunda. Por outro lado, o preço das *commodities* caíram em menor escala, e ainda se recuperaram ao longo dos anos 2009 e 2010 (KUPFER, 2012). Essa recuperação foi rápida e inclusive fez os níveis de exportações se mostrarem maiores do que em 2008, como pontuado no gráfico. Contudo, essa elevação também mostrou algumas tendências não tão colaborativas: a composição geográfica das exportações e a redução do saldo comercial.

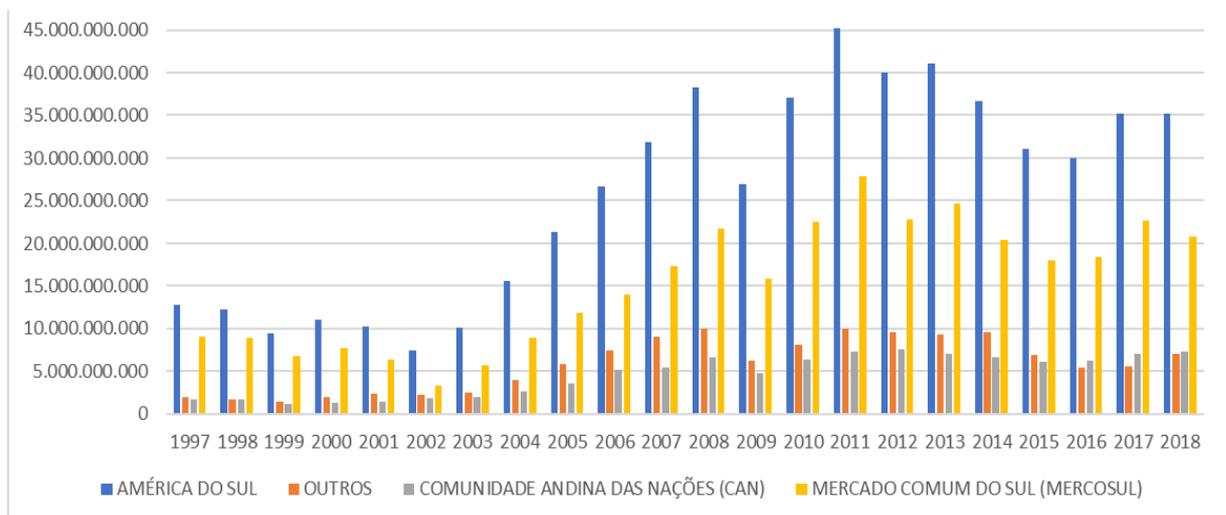
A diversificação geográfica, na pauta do comércio exterior brasileiro, que marcou os anos 2000 foi em razão da perda da importância de alguns parceiros comerciais tradicionais do Brasil: EUA e a UE. Por outro lado, é importante pontuar que houve a aproximação de outros países, como os da Ásia, da África e da América Latina, tendo nesta última o Mercosul mantendo o peso comercial acima de 90% (FLIGENSPAN; BENEVETT, 2015). Ainda sobre essa diversificação, é possível observar que as interações Brasil-China cresceram muito ultimamente, sendo o principal destino das exportações brasileiras, e em 2010 tendo absorvido 15% das exportações totais.

Lima (2005) aponta que a chamada cooperação Sul-Sul não foi posta em prática por acaso, assim como também não representou uma substituição às relações com os parceiros tradicionais do Hemisfério Norte (Estados Unidos e União Européia, fundamentalmente). Essa nova estratégia objetiva ampliar o fluxo comercial a partir da compreensão de que o comércio brasileiro com os Estados Unidos e União Europeia já teria alcançado um valor limite e que os incrementos seriam apenas marginais. No primeiro momento, a mudança do cenário internacional, que indicava estarem os países centrais perdendo capacidade de absorção da produção dos países subdesenvolvidos e em

desenvolvimento, favorecia o foco na América Latina. Porém, outro fato importante fez reduzir a importância relativa das regiões mais industriais: o intenso crescimento econômico dos países asiáticos e o correspondente aumento de demanda por produtos primários, que gerou um alto custo de oportunidade para a integração do Mercosul (CAVALCANTE; LIMA, 2013, p. 65).

Novamente, com os parceiros latino-americanos, a evolução das exportações se deu até a crise de 2008, quando o cenário se reverteu. As exceções foram os países do Mercosul, os quais perderam importância ao longo da década, mas que conseguiram recuperar, mesmo que de uma forma reduzida, no pós crise. Ainda segundo Kupfer (2012), a Argentina que ocupava o segundo lugar no *ranking* das exportações brasileiras, passou para terceiro lugar.

Gráfico 3: Exportações brasileiras em \$FOB para a América do Sul 1997-2018



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos através da SECEX.

Observando o gráfico acima, é possível entender que durante todo período analisado, as exportações brasileiras para a América do Sul oscilaram consideravelmente. Além disso, é possível comprovar o ponto discutido anteriormente sobre a aproximação do Brasil com parceiros estratégicos sul-americanos no pós-crise, uma vez que a partir de 2010 aparece o aumento FOB das vendas nas colunas em azul, como um todo, e nas colunas em amarelo com parceiros do Mercosul. No

subcapítulo seguinte os parceiros comerciais do Brasil serão analisados mais profundamente.

A partir de 2011, já no governo Dilma Rousseff, foi adotado o Plano Brasil Maior (2011-2014) no âmbito do comércio exterior, o qual tratava de assuntos de política industrial, tecnológica e serviços de comércio internacional. A intenção era fomentar as exportações a partir de investimentos na indústria (SOUZA; SILVA, 2017). Por outro lado, como já foi visto no gráfico 2, o ano de 2014 foi de saldos negativos na balança comercial. De acordo com Niewierowski (2015), de janeiro até dezembro desse ano, as vendas ao exterior recuaram nos três grupos por fator agregado de exportações: básicos (-3,1%), semimanufaturados (-4,8%) e manufaturados (-12,8%). Inclusive, as exportações tiveram queda para todos os principais parceiros comerciais do Brasil. Resumidamente, o ano de 2014 foi marcado por um péssimo desempenho do comércio exterior do Brasil, ainda mais pelos produtos industrializados.

Já em 2015, o saldo da balança comercial foi superavitário, mas ainda assim houve redução no volume do comércio. Essa situação ilustra a perda do dinamismo do comércio exterior, a quantidade exportada aumentou, porém, junto a isso houve a queda dos preços, desde os produtos básicos até os semimanufaturados (NIEWIEROWSKI, 2015).

O primeiro semestre de 2015 se encerra com saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões. Como já verificado desde o início do ano, a queda das importações (18,5%) tem sido sensivelmente maior do que a das exportações (14,7%) movimento que é o responsável pelo saldo positivo observado até junho. Já a corrente de comércio total do Brasil apresentou retração de 16,6% nos seis primeiros meses do ano, frente a igual período de 2014. O déficit do Brasil na balança comercial de manufaturados segue se atenuando. Em junho, o saldo negativo foi de US\$ 5,1 bilhões. No acumulado do ano o saldo negativo é de US\$ 42,8 bilhões, contra US\$ 55,4 em igual período de 2014 (NIEWIEROWSKI, 2015 p. 7).

Em 2016, pegando o mês de setembro como referência, as exportações atingiram o nível de US \$15,79 bilhões, enquanto as importações totalizaram US \$11,99 bilhões. O saldo comercial desse período apresentou um superávit de US \$3,80 bilhões, o que foi muito maior que no ano anterior na mesma época, de US \$2,95 bilhões (MRE, 2016). Já no acumulado do mês de janeiro até setembro desse mesmo ano, as vendas brasileiras para os EUA caíram 6,4% se comparado com o

mesmo período em 2015; para o Mercosul decresceram em 10,5%, ainda que para a Argentina em específico, os embarques cresceram 1,3%. As exportações para a UE caíram 0,9%, para o continente asiático diminuíram em 1,4%.., no caso das importações aconteceu a mesma situação: diversas origens de compras com o valor total reduzido (MRE, 2016). Ainda que a dinâmica comercial do ano de 2016 tenha sido menor, o saldo da balança comercial foi superavitário, como já foi comentado anteriormente e como também é possível observar no gráfico 2, isso porque as exportações superaram o acumulado geral do ano das importações feitas pelo Brasil.

Em 2017, o comércio internacional brasileiro teve boas perspectivas. Segundo os dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o saldo superavitário da balança de pagamentos teve recorde atingido pelo Brasil, com um total de US \$67 bilhões, além do primeiro crescimento expressivo tanto de importações quanto de exportações em um longo hiato de cinco e três anos respectivamente (RIZZOTTO, 2018). Em valores numéricos, as vendas externas totalizaram US \$217,739 bilhões ao longo do ano, um crescimento de 17,55% em relação a 2016. Sobre as importações, essas somaram US \$150,749 bilhões, resultando um ganho de 9,59% em relação ao ano anterior. Em relação ao saldo total da balança comercial, em 2017 foi atingido US \$67 bilhões, um contraste expressivo se comparado aos US \$47,683 bilhões de 2016 (RIZZOTTO, 2018).

O ano final da linha do tempo de pesquisa é 2018. Nesse ano, também foi um contexto positivo na questão do comércio internacional do Brasil e na balança comercial, obtendo um saldo positivo de US \$58,7 bilhões. Em relação ao ano anterior, tanto importações quanto exportações subiram, tendo um incremento de 39,5 bilhões de dólares na primeira e 22,2 bilhões de dólares na segunda (RIZZOTTO, 2019). Além disso, a movimentação das porcentagens e montantes também aconteceu no montante físico do comércio internacional: as importações saltaram de 147,9 milhões de toneladas para 151,5 milhões de toneladas; já o peso líquido das exportações subiu de 708,1 milhões de toneladas, para 991,9 milhões em 2018 (RIZZOTTO, 2019). Lembrando que as exportações brasileiras, em sua maioria, têm caráter de *commodities*, ou seja, é natural que tanto pesos líquidos quanto brutos sejam de larga

escala, o que não significa necessariamente um maior valor agregado por unidade de kg, e sim pelo montante final.

1.2 Relações comerciais do Brasil com principais parceiros da América do Sul

Este subcapítulo traz alguns dos principais parceiros econômicos sul-americanos com Brasil, um breve histórico das relações exteriores e comerciais entre os Estados é discorrido. O bloco econômico Mercosul abrange todos os países membros e, em seguida, os demais que compõem a região da América do Sul são descritos separadamente. As pautas importadora e exportadora são analisadas, desde números absolutos até os tipos de produtos que compõem os intercâmbios internacionais dentre os países.

1.2.1 MERCOSUL

Desde 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a integração econômica da América Latina é um objeto de desejo. A dinâmica de empresas transnacionais e os investimentos fora das fronteiras são questões tanto de integração quanto de desenvolvimento. Além da intensificação do comércio, importações e exportações, a integração também busca oportunidades de investimento e a busca de novos mercados (MOREIRA, 2007). O caso da América do Sul não foi diferente do restante do mundo, a partir de 1980 o crescimento acelerado dos fluxos comerciais também atingiu a região; as fronteiras começaram a cair e os países estimularam cada vez mais suas relações internacionais comerciais. Esses processos vêm ocorrendo tanto de forma regional quanto multilateral, resultando na criação de diversos blocos econômicos no sistema internacional (FONTES; STELLA, 2017).

No caso da América do Sul, esse fenômeno se materializou na formação do MERCOSUL (1991). Como já foi comentado anteriormente, o bloco foi organizado pelas duas maiores potências regionais da época: Brasil e Argentina. O Brasil ocupa uma posição de destaque no bloco, tem a maior e mais diversificada economia dentre os membros e costuma ter a postura de um líder regional (FONTES; STELLA, 2017).

O perfil comercial dos países do Mercosul, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai são de certa forma semelhantes, sempre tiveram os produtos primários como destaque nas suas exportações. Há certas particularidades na pauta exportadora brasileira, com a presença de manufaturados como automóveis e aeronaves e na pauta argentina com automóveis (FONTES; STELLA, 2017).

O MERCOSUL encontra-se baseado na teoria de Integração Econômica e cumpre as fases que esta requer: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum. Além disso, faz parte de um novo modelo de integração na América Latina: o Regionalismo Aberto da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (GILL; LAMBERTI, 2016). A integração econômica visa o aproveitamento de economias de escala, de investimentos e vantagens de especialização, de forma que o surgimento do Mercosul tenha sido a partir da necessidade diante a marginalização crescente na América Latina no sistema internacional, já que anterior a isso, essa região se encontrava lotada de proteções comerciais (GILL; LAMBERTI, 2016).

Existem algumas fases que caracterizam a evolução comercial do MERCOSUL segundo Fontes e Stella (2017), o quadro a seguir ilustra esses períodos:

Quadro 1: Fases da evolução comercial do MERCOSUL

1ª fase 1990 – 1997	2ª fase 1997 – 2002	3ª fase 2002 – 2008	4ª fase 2008 – atual
Iniciada um pouco antes do processo de integração definitiva, negociações gerais.	Fase de retração nas relações do bloco por três contextos: crise da Ásia (1997); crise cambial brasileira (1999) e a crise econômica da Argentina (2001).	Caracterizada por uma retomada positiva no crescimento comercial do bloco devido à valorização das commodities a partir da emergência de mercados asiáticos, principalmente a China.	Inicia com a crise financeira mundial de 2008 e se estende até a atualidade, marcada por uma grande retração comercial, uma certa retomada no crescimento resultando em um ambiente mais protecionista

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fontes e Stella (2017).

Analisando o comércio internacional brasileiro para o Mercosul, em 1995 houve uma reforma no regime comercial implantado, o que resultou em uma política

econômica voltada para a liberalização do comércio internacional. Em 1998, iniciou o processo de revisão tarifária, o que resultou em importações mais baratas. Já em 1999, o país passou a adotar o sistema de câmbio flutuante (GILL; LAMBERTI, 2016).

Conforme Salvato, Sant'Anna e Silva (2008), o comportamento da balança comercial a partir de 1999 pode ser explicado pelo movimento da taxa de câmbio, assim como por outros fatores, tais como o ambiente externo favorável com crescimento acelerado do comércio mundial⁸, as trajetórias de preços de exportação e importação distintos, crescimento da demanda interna assim como os choques adversos que assolaram a economia brasileira (SALVATO; SANT'ANNA; SILVA, 2008). (GILL; LAMBERTI, 2016, p. 5).

Segundo Gill e Lamberti (2016), durante a primeira fase 1997-2002, a Argentina configurou-se como o principal parceiro comercial do Brasil dentro do bloco, a qual era o destino de 77% das exportações brasileiras, ao mesmo tempo que era a origem de 86% das importações brasileiras. Durante esse período, o intercâmbio comercial do Brasil com o Mercosul teve um decréscimo, exceto o ano de 2000. Nesse ano, as exportações destinadas à Argentina tiveram um crescimento de 16,2%, ao Paraguai de 11,85%, e uma variação negativa de exportações ao Uruguai de 0,04%, sendo esse o menor decréscimo do período. Já em relação às importações desse ano, houve uma expansão de 19,74% nos produtos da Argentina e 34,95% nos produtos do Paraguai (GILL; LAMBERTI, 2016).

Durante o segundo período (2003-2008), a principal parceira comercial do Brasil continua sendo a Argentina no intrabloco, sendo essa o destino de 83% das exportações brasileiras, ao passo que foi a origem de 88% das exportações do Brasil. Diferentemente da primeira fase, na segunda o intercâmbio comercial do Brasil com o Mercosul apresentou crescimento. Em 2003, as exportações para a Argentina tiveram um crescimento de 94,75%, e 26,65% para o Paraguai. Para o Uruguai, novamente variação negativa, dessa vez de 1,64%. No âmbito das importações, houve uma expansão de 23,93% do Paraguai, e 10,49% de origem uruguaias (GILL; LAMBERTI, 2016).

Já no terceiro período (2009-2014), a Argentina segue no protagonismo dos intercâmbios comerciais com o Brasil dentro do bloco. Nas exportações brasileiras, 79% foram para a Argentina, bem como 85% das importações brasileiras foram desse

país. Novamente o intercâmbio comercial com o Mercosul apresentou crescimento. No intercâmbio com o Paraguai, as exportações para esse país cresceram 90%, ao passo que as importações paraguaias aumentaram em 107%. O Uruguai apresentou 117% no total exportado e 55% nas importações. Em relação a Argentina, as exportações expandiram 12% e as importações deste país 25% (GILL; LAMBERTI, 2016). O intercâmbio comercial do Brasil com Mercosul que foi explicado é possível ser observado ainda, no Quadro a seguir, com números totais em FOB.

Quadro 2: Evolução do Intercâmbio Comercial do Brasil com o MERCOSUL (US\$ 1000 FOB)

Ano	MERCOSUL		Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
1997	9.045.111	9.426.134	6.769.402	7.941.276	1.406.328	517.518	869.381	967.340
1998	8.878.234	9.416.203	6.748.204	8.023.468	1.249.436	350.622	880.594	1.042.113
1999	6.778.178	6.719.245	5.364.140	5.812.211	744.308	260.362	669.730	646.672
2000	7.739.599	7.796.209	6.237.684	6.843.232	832.473	351.351	669.442	601.626
2001	6.374.455	7.009.674	5.009.810	6.206.537	721.253	300.207	643.392	502.930
2002	3.318.675	5.611.720	2.346.508	4.743.785	559.625	383.088	412.542	484.847
2003	5.684.310	5.685.229	4.569.768	4.672.611	708.750	474.750	405.792	537.868
2004	8.934.902	6.390.493	7.390.967	5.569.812	873.353	297.825	670.582	522.856
2005	11.746.012	7.053.699	9.930.153	6.241.110	962.721	318.936	853.138	493.653
2006	13.985.829	8.967.387	11.739.592	8.053.263	1.233.639	295.899	1.012.598	618.225
2007	17.353.577	11.624.752	14.416.946	10.404.246	1.648.191	434.120	1.288.440	786.386
2008	21.737.308	14.934.112	17.605.621	13.258.442	2.487.561	657.517	1.644.126	1.018.153
2009	15.828.947	13.107.442	12.784.967	11.281.657	1.683.902	585.441	1.360.078	1.240.344
2010	22.601.501	16.620.151	18.522.521	14.434.594	2.547.908	611.401	1.531.072	1.574.157
2011	27.852.507	19.375.753	22.709.344	16.906.352	2.968.573	715.890	2.174.589	1.753.511
2012	22.799.767	19.250.401	17.997.706	16.443.910	2.617.509	987.565	2.184.552	1.818.926
2013	24.683.427	19.269.416	19.615.414	16.462.686	2.996.609	1.039.737	2.071.403	1.766.993
2014	20.420.949	17.271.546	14.281.998	14.143.094	3.193.586	1.210.146	2.945.364	1.918.468

Fonte: Gill; Lamberti (2016), a partir de dados obtidos através do MDIC-SECEX.

O cenário regional sul-americano sempre foi caracterizado pela supremacia econômica do Brasil, o qual apresenta a maior parte das exportações e importações do Mercosul, como foi possível observar na tabela, além de gerar uma dependência dos vizinhos em seu mercado. A Argentina é a segunda maior economia do bloco, além de principal parceira do Brasil. Apesar da sua grande interação, esta vem perdendo representatividade no intercâmbio comercial ao longo dos anos. O Paraguai

possui uma pequena representatividade regional, porém, vem apresentando certo crescimento nas suas participações intrabloco, com destaque nas exportações que saíram de 1% em 2001 para 2,8% em 2013. Já o Uruguai, também tem pouca representatividade, contudo não apresenta grandes variações na composição do intercâmbio comercial (FONTES; STELLA, 2017).

Fica claro o alto grau de interdependência dos vizinhos em relação ao Brasil. O país foi destino, em 2013, de 21,2% das exportações totais da Argentina, 30% do Paraguai e 18,9% do Uruguai. No caso das importações, o padrão observado é o mesmo, sendo o Brasil a origem de 26% das importações totais da Argentina, 26,4% do Paraguai e 15,8% do Uruguai. Entretanto, nota-se que a representatividade do Brasil como destino das exportações dos países do Mercosul caiu, desde 2000. Já a dependência dos países do bloco em relação às importações advindas do Brasil aumentou ligeiramente para a Argentina e o Paraguai, e caiu para o Uruguai, país menos dependente do Brasil em ambos os movimentos comerciais (FONTES; STELLA, 2017 p. 10)

Em contrapartida, também existe a dependência do Brasil perante os países vizinhos. Como já foi comentado, a Argentina ocupa o lugar protagonista nas relações comerciais com o Brasil, representa 8,1% das vendas e 6,9% das compras totais brasileiras. O Paraguai e o Uruguai têm uma menor significância, sendo as importações totalizando menos de 1% em 2013 (FONTES; STELLA, 2017). Em relação ao saldo comercial brasileiro com os demais países do bloco, o Brasil foi superavitário na maior parte dos anos analisados. A grande dependência dos países menores com o mercado brasileiro pode indicar certos desequilíbrios no mercado regional (FONTES; STELLA, 2017).

1.2.2 Chile

Na criação do MERCOSUL, o Chile foi convidado a entrar como membro pleno do bloco, porém os líderes chilenos não aceitaram a oferta por razões plausíveis. As tarifas médias do Mercosul eram mais altas do que a do próprio Chile: 16% aos bens de capital e 14% aos computadores. Dessa forma, para uma economia pequena e aberta como o Chile, seria mais interessante manter o preço desses bens mais baixos. Em razão disso, filiar-se ao Mercosul desviaria parcerias comerciais de produtos mais eficientes para a Argentina e para o Brasil, além de impor tarifas mais elevadas (LOPES; CARVALHO, 2010). Ademais, essa parceria faria com que o Chile

exportasse produtos sem vantagens comparativas e com preferências de acesso ao bloco, o que prejudicaria a concorrência internacional e ainda faria com que o país se tornasse mais dependente do Mercosul e menos capaz de responder às flutuações econômicas por meio das exportações (LOPES; CARVALHO, 2010).

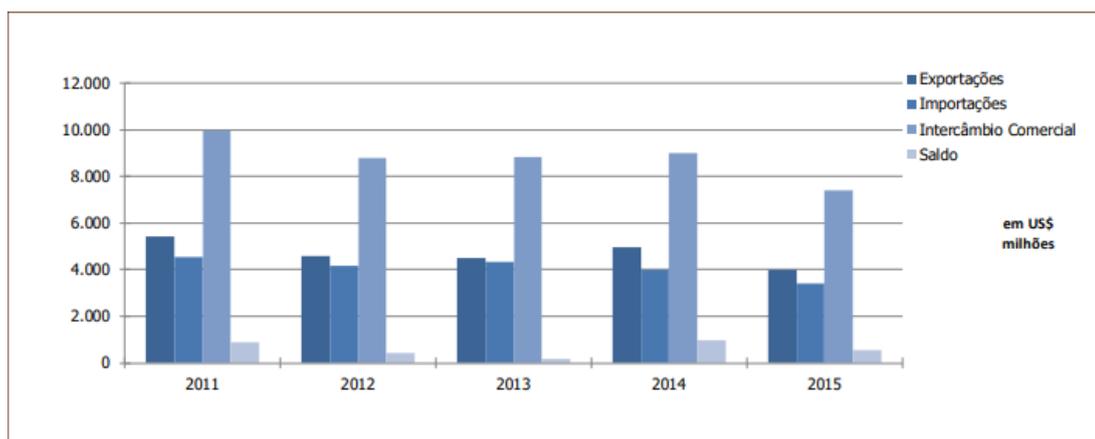
Diante desse cenário, a decisão do governo chileno da época foi fazer parte do Mercosul como membro associado, sem se comprometer com a união aduaneira. O país participa das reuniões e de debates políticos, mas não possui poder decisório no bloco. O MERCOSUL não era prioridade para o Chile devido aos argumentos já explicados, e porque este país estava em um processo liberalizante mais avançado do que os países plenos do bloco, fazendo com que o Mercosul fosse visto como mais rígido e protecionista.

Sobre o intercâmbio comercial do Brasil com o Chile, o ano de 2015 aparece como um destaque. Nesse ano, o Chile foi o 11º parceiro comercial do Brasil e foi responsável por 2,04% das trocas comerciais do país, sendo o 7º nas exportações e 13º nas importações. Já no contexto sul-americano, o Chile ocupou o segundo lugar, atrás apenas da Argentina, tendo uma participação de 14% no comércio com a região (BRASIL, 2016). Entretanto, o intercâmbio comercial desses dois países teve um decréscimo nesse ano: as exportações caíram 26,6% em função da diminuição dos embarques de óleo de petróleo, carne bovina e chassis com motor. Já nas importações, houve a redução de 25,8%, resultado da queda das compras de cobre, cloreto de potássio, peças para automóveis, filé de salmão congelado, uvas, nozes e minério de molibdênio. Ainda assim, o saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil, registrando um superávit de US \$568 milhões em 2015 (BRASIL, 2016).

Essa retração não aconteceu apenas com o Chile, mas também com a América do Sul como um todo, pois as trocas comerciais com essa região recuaram 20,9%. Em 2016 o intercâmbio continuou perdendo certo dinamismo, mas ainda assim o saldo do Brasil seguiu positivo, visto que a retração se deu nas compras brasileiras, já que as exportações eram positivas (BRASIL, 2016). Na pauta exportadora, o mercado chileno adquire em sua maioria produtos manufaturados, 58% no total em 2015. Já nas compras brasileiras, os produtos básicos sobressaem, sendo 44% da pauta, com destaque para pescados, frutas e minérios.

Os vizinhos do continente americano são os principais abastecedores do mercado chileno. Em 2015 participaram com 43,5% do total, seguidos da Ásia com 36,2%; da União Europeia com 15,3% e da África com 0,3%. Individualmente, a China foi também o principal fornecedor de bens ao Chile, com 23,5% do total. Seguiram-se: Estados Unidos (18,7%); Brasil (7,7%); Argentina (4,0%); Alemanha (3,8%); México (3,4%); Japão (3,3%); e Coreia do Sul (3,2%) (BRASIL, 2016, p. 13).

Gráfico 4: Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Chile US\$ milhões



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, dezembro de 2016.

O comércio bilateral do Brasil com o Chile alcançou, como um todo no ano de 2015, US\$ 7,38 bilhões, sendo US\$ 3,97 bilhões sobre as exportações e US\$ 3,41 sobre as compras de origem chilenas. Entre os anos de 2011 e 2015 o intercâmbio comercial entre esses dois países sofreu um decréscimo de 26,6% em razão da retração das vendas brasileiras de combustíveis e lubrificantes (BRASIL, 2016). Já o comércio exterior do Chile no geral, apresentou queda de 19% em 2015 em relação ao ano de 2011, de US\$ 156,1 bilhões para US\$ 126,4 bilhões, isso em razão da diminuição das exportações causado pela retração nas vendas de cobre, minério de cobre, uvas, pasta química de madeira, ouro bruto e afins. Com essa situação, o Chile ocupou a 41ª posição no mercado mundial, sendo 41º exportador e 43º importador no TradeMap, totalizando um saldo negativo de US\$ 322 milhões no ano de 2015 (BRASIL, 2016).

1.2.3 Colômbia

A relação bilateral Brasil e Colômbia só foi se estabilizar e se comportar como uma relação que traga benefícios mútuos a partir do século XXI. Anteriormente a isso, questões conflitantes em relação às fronteiras e ao narcotráfico impossibilitavam uma aproximação mais efetiva entre os países. Recentemente, os dois países já estreitaram relações bilaterais em relações diplomáticas e de comércio internacional, como acordos e tratados.

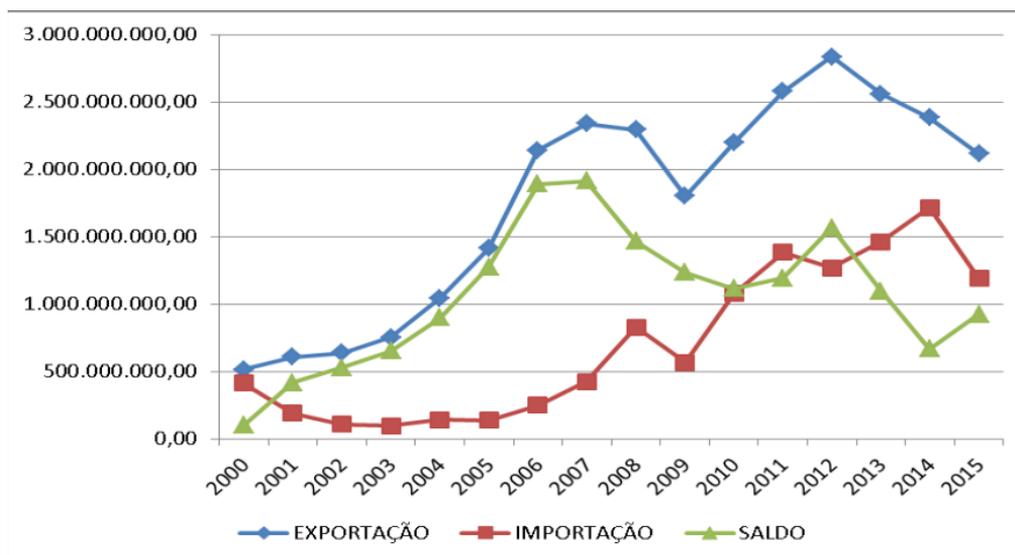
Juntamente com Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, Brasil e Colômbia fazem parte da ALADI - Associação Latino-americana de Integração. Esse organismo intragovernamental é a continuação do processo que iniciou com a ALALC no ano de 1960. O intuito da organização é promover a integração da região e assegurar desenvolvimento econômico e social, além de um mercado comum (ACOSTA, 2003). Esta organização visava a criação de uma área de preferência econômica pela região, sendo seu objetivo final um mercado comum latino-americano. A estrutura jurídica da organização está ligada a outros acordos regionais como a Comunidade Andina (CAN) e o Mercosul (ACOSTA, 2003).

Desde a abertura liberal dos mercados internacionais na América Latina em 1990, há uma aproximação comercial entre Brasil e Colômbia. Essa aproximação justifica-se pela vontade e objetivos dos dois países de ampliarem a sua presença econômica na América do Sul. Em relação a tratados comerciais propriamente ditos, Brasil e Colômbia possuem certas peculiaridades também nessa relação. Barreiras fitossanitárias impediam que certos produtos colombianos entrassem no Brasil, bem como normas de controle técnico também apareciam como obstáculos, e isso alarmava os colombianos, os quais afirmavam que essas eram as razões do déficit comercial na relação com o Brasil (MARMITT, 2015). Em contrapartida, Brasil e Colômbia possuem tratado bilateral de liberação comercial sobre a venda de automóveis e motocicletas, sendo um facilitador no comércio destes produtos em específico. No ano de 2015, os ativos empresariais brasileiros na Colômbia representavam US\$ 6 bilhões, um valor expressivo que justificaria a relação pacífica entre os vizinhos (MARMITT, 2015).

Sobre a pauta do intercâmbio comercial entre Brasil e Colômbia, é importante analisar os produtos agrícolas que fazem parte dessas negociações. O Brasil abastece o mercado colombiano com uma grande variedade de produtos primários como: químicos orgânicos, milho, sementes oleaginosas, laticínios, couro, rações para animais, calçados, álcool, peixes, crustáceos, carnes, cacau em pó, chás, mate, e tantos outros produtos desse segmento. Já nas importações, sobre o setor agrícola o Brasil importa poucos produtos do país vizinho, visto que sua própria produção se torna autossustentável. Ainda assim aparecem na pauta das importações brasileiras a horticultura e carvão mineral (MARMITT, 2015).

Sobre o intercâmbio de produtos industriais, a siderurgia aparece em primeiro lugar na posição de produtos brasileiros exportados para a Colômbia, seguida por maquinários de exploração mineral, equipamentos metalúrgicos, automóveis, produtos farmacêuticos, artigos de borracha entre outros (MARMITT, 2015). Sobre as compras brasileiras, o país demanda as resinas e os elastômeros, produtos químicos orgânicos, produtos plásticos, cabos, filamentos, artigos têxteis e metais não ferrosos.

Gráfico 5: Balança Comercial Brasil e Colômbia em \$FOB



Fonte: Nagel (2016), p. 90, com dados obtidos através de BRASIL (2016).

Dos países da CAN, a Colômbia é o principal destino das exportações brasileiras, e ainda está posicionada em terceiro lugar no ranking das economias Sul-

Americanas. Com isso, a Colômbia torna-se um importante parceiro estratégico comercial do Brasil, podendo alinhar políticas internacionais e influenciar no posicionamento da América do Sul.

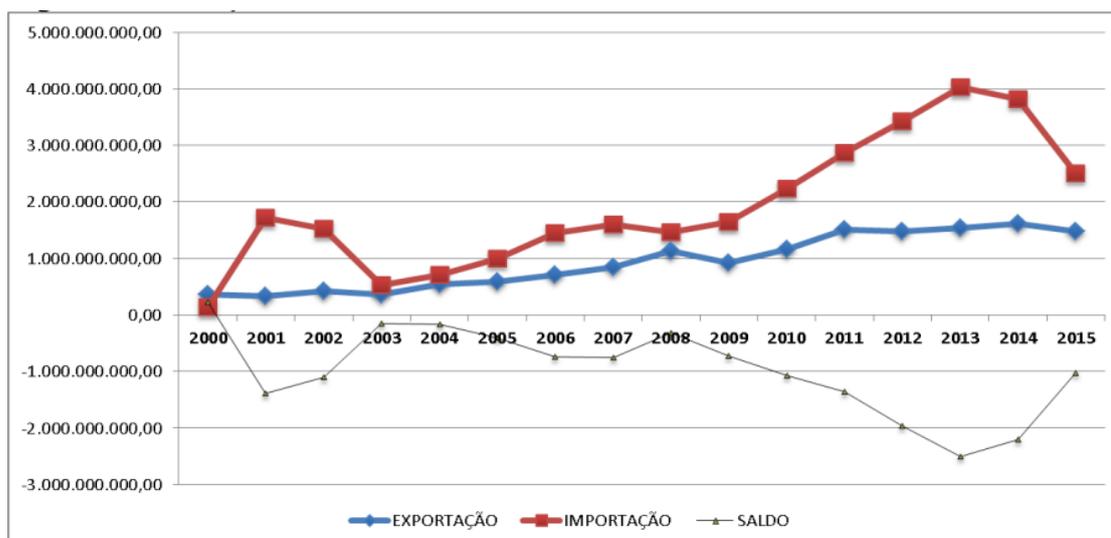
1.2.4 Bolívia

Como já foi citado anteriormente, a Bolívia é um dos países que compõem a CAN. Esta integração regional interage com o Brasil por meio dos seus membros e atraem benefícios para o país em questões políticas e comerciais, afinal são oportunidades de destino de novas empresas e a internacionalização. Os principais produtos exportados do Brasil para a CAN são os manufaturados e os alimentos, ao passo que nas compras brasileiras, os produtos básicos são os principais importados (NAGEL, 2016).

As políticas externas de regionalismo aberto pós-1990, impulsionaram a presença das empresas brasileiras na América do Sul, incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmado em 2003 para a industrialização brasileira proporcionou também o aumento da participação de empresas brasileiras no exterior, como exemplo pode-se citar o empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica São Francisco, o que determinou a contratação de empresas brasileiras para a efetuação da obra e aquisição de insumos (GARCIA, 2009) (NAGEL, 2016, p.85).

Em 2016, o Brasil era o principal destino das exportações bolivianas, se consagrando como o maior parceiro comercial da Bolívia. As vendas destinadas à Bolívia - considerando intrabloco da CAN – ocupam o terceiro lugar e são formadas pelos manufaturados (NAGEL, 2016). Em 2015 aconteceu uma queda nas importações brasileiras de origem bolivianas, isso por causa da forte desvalorização cambial mundial que resultou em impactos nos produtos bolivianos, como hidrocarbonetos e minerais, sendo que o gás boliviano é o principal produto importado pelo país (NAGEL, 2016).

Gráfico 6: Balança Comercial Brasil e Bolívia em \$FOB



Fonte: Nagel (2016), p. 87, com dados obtidos através da ALADI (2016).

Em 2003, foi assinado um Memorando de Entendimento, entre Brasil e Bolívia para a Promoção do Comércio e Investimento, firmado para promover o fluxo de comércio entre as partes e focando no desenvolvimento econômico da Bolívia. Em 2004, logo após a assinatura, já era possível perceber um aumento no fluxo comercial (NAGEL, 2016). O Brasil é o primeiro investidor latino-americano na Bolívia, em 2008 o país teve destaque como principal sócio comercial da Bolívia, o que, normalmente, rende um superávit ao Brasil nos saldos totais de todos os anos (BRASIL, 2011).

1.2.5 Venezuela

Em 2006, a Venezuela solicitou o seu ingresso como membro do Mercosul, com o intuito de expandir suas relações com os demais países sul-americanos. A solicitação foi efetiva apenas em 2012, contudo, causou diversas discussões entre os membros originais. Ainda assim, por sua riqueza energética e pelo seu potencial importador de alimentos, sua entrada acabou sendo favorável. Apesar dos demais membros estarem de acordo, o Paraguai não concordava com a decisão devido a algumas controvérsias ideológicas dos governos vigentes (MENDES, 2018).

Sobre o intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, grandes volumes e movimentações comerciais ocorriam entre os países, estes movimentos costumam acompanhar as relações políticas e econômicas destes. O ano de 2008 registrou o auge das exportações do Brasil para a Venezuela, obtendo um crescimento de 8,9%

e os valores chegaram a US\$ 5,133 bilhões, sendo US\$503 milhões de carnes de frango congeladas. O crescimento das importações do Brasil ocorreu devido à escassez de produção interna de alimentos (MENDES, 2018).

No ano de 2009, o cenário começou a mudar e houve uma queda de 29,91% das exportações para a Venezuela. Ainda assim, as importações de alimentos continuam como prioridade, sendo neste ano a predominância de bovinos vivos. Mas foi a partir de 2013 que o cenário começou a mudar radicalmente para a Venezuela. No mês de março daquele ano, foi anunciada a morte do presidente Hugo Chávez, o símbolo da resistência esquerdista da América Latina. Após 40 dias do ocorrido, uma nova eleição presidencial é realizada e seu sucessor político, Nicolás Maduro, venceu as eleições. Neste mesmo ano, as exportações caíram 3%; já em 2014, a queda já foi de 5,74% (MENDES, 2018).

Em 2015, a Venezuela entrou em uma profunda crise de abastecimento, a inflação chega a níveis alarmantes e a população sofre para conseguir itens básicos de alimentação, higiene e medicamentos. Nesse ano as exportações do Brasil para a Venezuela caem bruscamente, um total de 35,3% em relação a 2014. O PIB da Venezuela também teve uma grande retração que chegou a 6,2%, nesse período a escassez de alimentos foi alarmante, produtos como arroz, feijão, café e açúcar não eram encontrados facilmente (MENDES, 2018).

Ainda no ano de 2015, é registrada a maior queda já registrada no valor do barril de petróleo, o que contribui para a redução da capacidade importadora da Venezuela. Segundo o Banco Mundial (2018), neste ano os valores do barril de petróleo no mercado internacional chegam a US\$ 48,00, sendo que no início do ano de 2014 os valores praticados eram de US\$93,00. No ano de 2016, a queda nas exportações continua. Neste ano, é presenciado um declínio de 56,65%, com um volume total de \$1.280.704.652,00. Neste período, a Venezuela enfrenta uma forte seca, o que obriga o governo a aplicar o racionamento de energia elétrica no país, além disso, Maduro ordena a retirada de circulação as notas de 100 bolívares (MENDES, 2018. P. 41).

O ano de 2017 apresentou a maior queda do intercâmbio comercial entre os países, chegando a um total de 63,33%. Esse foi um ano difícil para os venezuelanos, tendo estes entrado para a linha da pobreza em mais de 50%. Além disso, a instabilidade política somada as crises de recursos como alimentos, energia e até

mesmo de água pela seca fizeram o país apresentar altos índices de criminalidade (MENDES, 2018).

Apesar da crise e de severas retrações nos diversos intercâmbios comerciais que a Venezuela cultiva, o país seguiu importando alimentos, claramente com um volume bem menor, mas a insuficiência interna para alimentar a própria população faz com que esse seja a pauta das importações venezuelanas. Já na pauta das exportações, a Venezuela pode ser caracterizada como uma exportadora de petróleo, contudo, com a queda do valor do barril de petróleo no mercado internacional que acontecia concomitantemente com os outros fatores, agravou ainda mais a crise. Esse cenário acaba diminuindo o poder de compra e de importação do país, afetando parceiros comerciais como o próprio Brasil.

Dado o exposto de todo o capítulo e das considerações sobre as relações comerciais do Brasil, bem como as relações bilaterais com os parceiros sul-americanos, é possível concluir que as trocas comerciais são essenciais para a manutenção da economia brasileira. Os parceiros sul-americanos são de suma importância para o comércio exterior brasileiro, uma vez que esses mercados demandam bens manufaturados e industriais, produtos de alto valor agregado. Outro fato positivo observado nas análises é que, geralmente, o saldo das balanças comerciais do Brasil com os demais países da região é superavitário, garantindo vantagem brasileira. Esse cenário está diretamente relacionado ao tema desta pesquisa, uma vez que serão analisadas as trocas comerciais com os países sul-americanos que demandam da indústria de defesa brasileira. O intercâmbio comercial da região, apesar de passar por alguns entraves conforme o contexto vigente, tem o potencial necessário para o benefício mútuo e estratégico das relações bilaterais e multilaterais.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

O segundo capítulo desta pesquisa refere-se à Política Nacional de Defesa, sendo esta publicada em 1996 e seguida de atualizações posteriormente. A primeira parte se detém a descrição e explicação das versões da PDN bem como seus objetivos e diretrizes específicas. Na segunda parte do capítulo será apresentado um breve histórico da indústria de defesa nacional, a partir da Ditadura Militar Brasileira, pontuando as principais empresas que surgiram e atuavam nesse segmento.

2.1 Política Nacional de Defesa 1996-2005

O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial trouxeram grandes mudanças e, conseqüentemente, novas agendas para o sistema internacional. Junto a isso, na América do Sul, estavam acontecendo as redemocratizações após os períodos militares. No Brasil não foi diferente, e essa mudança do *status quo* realçava a necessidade de novas mudanças em todas as esferas do Estado e da sociedade, concretizadas com a Constituição Federal de 1988. Também no âmbito da Defesa nacional essas mudanças iniciaram, porém de forma gradual.

Em 1990, foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), pelo governo de Fernando Collor de Mello. O propósito dessa secretaria era assessorar o presidente em relação às estratégias governamentais nos setores da economia, meio ambiente, segurança e defesa nacional. A SAE tinha a função de assumir as agendas do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Contudo, em 1998, a SAE foi extinta e a área da inteligência foi transferida ao Gabinete Militar da Presidência da República. Assim permaneceu até o ano de 2008, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando a Secretaria de Assuntos Estratégicos voltou a existir (HEYE, 2022).

Foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que iniciou a discussão mais aprofundada de um projeto voltado especificamente à política de defesa do Brasil. Foi neste governo que foi publicada a primeira Política Nacional de Defesa (PND)⁵ – na época a Política de Defesa Nacional (PDN) – e o estabelecimento

⁵ Em 1996 foi aprovada a primeira Política de Defesa Nacional - PDN. Em 2005 foi publicada uma atualização e, após a sua revisão em 2012, passou a ser denominada Política Nacional de Defesa –

do Ministério da Defesa. Esse capítulo se concentrará na abordagem dos eventos da época da publicação das PNDs, bem como a explanação e análise da própria política de defesa e suas atualizações.

Em um segundo momento, o capítulo ainda aborda um breve apanhado histórico da indústria de defesa nacional juntamente com seus impactos sobre a balança comercial. Ainda se dará ênfase nos equipamentos militares, resultantes dessa indústria, como uma forma de visualização e exemplificação dos produtos que fazem parte também do comércio.

2.1 | PDN

O período pelo qual o Brasil passou pela Ditadura Militar (1964-1985) acabou afastando os diálogos públicos não apenas das liberdades individuais da população, como também sobre a Defesa Nacional. As Forças Armadas eram a única instituição que atuava nesse âmbito.

Fernandes (2006) destaca a estrutura militar governamental do período: havia cinco ministérios dedicados às Forças Armadas, um para cada uma das três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica; o Estado Maior das Forças Armadas, responsável pela coordenação das forças, tanto no território quanto no exterior, a organização de estratégias e a produção de estudos diante da demanda do presidente da República; e a Casa Militar, responsável pela gestão de crises internas que viessem a requerer o uso das Forças. Também, deve-se ressaltar o orçamento independente, em relação ao poder Executivo, e quantitativo, definido pelo Congresso Nacional. E, ainda, a ausência de uma política de Defesa Nacional coerente e articulada (COSSUL, 2019, p. 51).

Com a redemocratização, diversos debates que antes eram deixados apenas para instituições específicas começam a efervescer, a economia foi um deles, já que é um assunto que chama atenção e preocupa tanto o governo quanto a sociedade de uma forma mais geral (COSSUL, 2019). Por outro lado, apesar de o governo de FHC ter esse lado mais liberal e com foco nas mudanças econômicas, o então presidente passou a dar atenção às questões de defesa nacional também.

Segundo Cossul, 2019, o primeiro ajuste das definições e utilidades das Forças Armadas após o período autoritário foi o seu emprego na ordem interna do Estado,

PND, no contexto das revisões quadriennais conforme a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações (BRASIL, 2012).

um exemplo foram as operações em relação ao narcotráfico no Rio de Janeiro pelo Exército. O início da mudança já estava estabelecido, faltava agora formalizar e oficializar o papel das Forças Armadas e a construção da então inovadora política de Defesa. Foi assim então que, em novembro de 1996, foi publicada a I Política de Defesa Nacional (PDN), através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)⁶.

A PDN veio como um divisor de águas na definição geral do papel das Forças Armadas, bem como a institucionalização de objetivos e deveres da Defesa brasileira. Sendo assim, um apanhado geral do documento será exposto ao longo do capítulo. A publicação está dividida em cinco partes: introdução, cenário internacional, objetivos, orientação estratégica e as diretrizes (BRASIL, 1996).

A introdução expõe o cenário do sistema internacional da época, comentando sobre novos desafios e oportunidades. Faz alusão brevemente ao cenário interno, ressaltando que esses dois âmbitos tornam necessário a existência de uma política de defesa nacional (BRASIL, 1996). A finalidade do documento, em relação aos seus objetivos externos, é fixar os objetivos da defesa nacional, assim como preparar e capacitar os setores militares para defender a Nação. Fica claro logo na introdução, que essa política abrange o interesse da sociedade como um todo, bem como seus princípios pautados na Constituição Federal, e de acordo com a política externa brasileira, a qual buscava “[...] a solução pacífica de controvérsias e do fortalecimento da paz e da segurança internacionais” (BRASIL, 1996, p. 3). Ressalta também as características geoestratégicas do país, como a vegetação e as fronteiras, as quais demandam especificidades de uma política nacional, sobretudo de defesa. Para finalizar a introdução, é afirmado que para a implementação de uma política de defesa funcional, há a dependência de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia e reduza as desigualdades sociais. Por fim, é dito que para pôr em prática

⁶ Órgão criado pelo Decreto nº 1.895, de 6 de maio de 1996. Esse órgão era composto por diplomatas, militares e membros do Congresso Nacional, o objetivo era regulamentar as normas internacionais e adaptá-las para a realidade do Estado, CREDN, por fim, buscava se tornar uma instância de coordenação entre diplomatas e militares (SILVA, 2012).

de fato, o Congresso Nacional deve aprovar recursos para tal, além do envolvimento da academia, tecnologia e indústria do país (BRASIL, 1996).

O tópico seguinte do documento se refere ao quadro internacional. Inicia explanando sobre o final da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial multipolar, bem como as incertezas que esse ambiente favorece. “Apesar de serem reduzidos os riscos de um confronto nuclear [...], desapareceu a relativa previsibilidade estratégica.” (BRASIL, 1996, p. 4). Com isso, é reforçada a importância da agenda securitária tanto internacional quanto a brasileira, sobretudo no sistema internacional anárquico. Da metade para o final do tópico, o texto comenta sobre a região Sul Americana na qual o Brasil se encontra, enfatizando suas características únicas e geográficas. É tratado também sobre a aproximação do continente, com o processo de integração que foi proporcionado pelo MERCOSUL. Nesse sentido, o Brasil trabalhava para a promoção dessa integração, buscando aproximar-se dos outros países do continente e adquirir credibilidade internacional (BRASIL, 1996). Por fim, o tópico encerra ilustrando a determinação do Brasil de viver em paz e harmonia, não tendo uma inclinação de participar de conflitos armados, seguindo os princípios do direito internacional.

O terceiro tópico da PDN trata-se dos objetivos desta. Os objetivos destacados no texto seguem a linha do tópico anterior quando diz que o sentido de uma política de defesa nacional deve preservar a soberania nacional e o estado democrático de direito (BRASIL, 1996). De modo geral, os objetivos da PDN se referem a garantia e a preservação da integridade territorial, da política e do patrimônio da nação, bem como seus interesses e a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas. A proteção das pessoas e dos bens e recursos brasileiros, a manutenção dos interesses brasileiros no exterior, assim como a sua projeção nesse cenário e, por fim, a manutenção da paz e da segurança internacional.

Em seguida é apresentada a orientação estratégica, no sentido da atuação do Estado brasileiro na área da defesa, que tem a obrigação de promover a segurança da nação, sendo tempos de paz ou de conflitos (BRASIL, 1996). As premissas seguidas para tal atuação são: fronteiras e limites definidos e reconhecidos internacionalmente; bom relacionamento com países vizinhos e com a comunidade internacional; rejeição à guerra e a busca da solução pacífica de controvérsias. Como

uma premissa que segue até hoje, a ação diplomática sempre é o primeiro instrumento de resolução de conflitos, seguido de uma estrutura militar com credibilidade de dissuasão. Para fortalecer essa estrutura, o envolvimento dos setores industrial, científico e acadêmico são pontuados, de forma a suprirem a autonomia estratégica e tecnológica das Forças Armadas (BRASIL, 1996).

O quinto e último tópico da publicação diz respeito às diretrizes para o cumprimento dos objetivos anteriores. Ao longo de 20 tópicos, são assinalados os deveres que devem ser seguidos para realizar esses objetivos de forma eficaz. Dentre eles, é possível citar alguns dos mais interessantes: aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional; intensificar o intercâmbio das Forças Armadas com as nações amigas; proteger a Amazônia brasileira; buscar um nível de pesquisa científica, desenvolvimento e tecnologia, bem como a capacidade de produção a fim de minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica para a defesa, e entre tantos outros (BRASIL, 1996). Essa última diretriz está diretamente relacionada à esta pesquisa, pois o desenvolvimento desses campos consequentemente levará à indústria de defesa o impulso necessário para suprir as demandas militares nacionais, sem a necessidade urgente da compra internacional dos itens estratégicos.

A PDN expressou todos os objetivos e o modo para alcançá-los com o intuito de assegurar a Defesa Nacional, essa que é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado com ênfase militar para defender o Estado como um todo, com a finalidade de prover a Segurança Nacional. Apesar de a Defesa estar bastante atrelada ao poder militar, a formulação da PDN esteve bastante relacionada a diplomatas e ao Ministério das Relações Exteriores (SILVA, 2012). Ainda assim, mesmo que de uma forma mais tímida, deu a possibilidade de empregar o poder militar no exterior, sobretudo quando comenta sobre a “manutenção dos interesses brasileiros no exterior”.

De acordo com Silva, 2012, o documento apelava por uma participação civil a fim de colaborar com os preceitos do documento. Ademais, o caráter defensivo é bastante expressivo ao longo da publicação, a finalidade seria de não soar ofensivo nas relações internacionais (COSSUL, 2019, *apud* CAVAGNARI FILHO, 2001).

[...] como alguns autores postulam, mesmo para a criação do Ministério da Defesa, a PDN é incipiente. Apesar de demandar sobre a necessidade da integração das Forças, ela não apresenta o interesse da criação de uma nova estrutura burocrática para tal, muito menos demonstra qualquer forma prática dos ritos a serem seguidos para unificação dos militares sob a égide civil (COSSUL, 2019, p. 65).

Apesar de um grande passo nas políticas de defesa, a primeira PDN não conseguiu atingir o ápice do seu potencial ainda na sua primeira versão, em consequência disso, algumas atualizações foram necessárias posteriormente.

2.2. II PDN

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovado o Decreto nº 5484, de 30 de junho de 2005, o qual seria a primeira atualização da PDN. Apesar de um espaço de tempo não tão longo, o contexto do governo Lula e do seu antecessor era diferente: Lula encontrou um Brasil de certa forma mais estabilizado, cronologicamente mais distante dos impactos da Guerra Fria e a própria nação já estava mais estabilizada. A moeda brasileira também já podia ser considerada forte e mais estável considerando o cenário democrático. No cenário internacional, agora o foco estava na guerra ao terror dos Estados Unidos ao Oriente Médio, o que de certa forma contrastava com o cenário anterior da Guerra Fria, já que no novo momento os países da América Latina tinham menor influência do país Norte Americano.

A atualização de 2005 traz algumas diferenças e novidades para o documento de Defesa brasileira. A começar, o texto inicia com a explanação sobre o Estado, a Segurança e a Defesa. Sobre o Estado, este detém pressupostos básicos como o território, o povo, as leis, a soberania no sistema internacional e o monopólio legítimo do uso da força. Sobre a segurança:

As medidas que visam à segurança são de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: defesa civil; segurança pública; políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e outras áreas, muitas das quais não são tratadas por meio dos instrumentos político-militares. [...] A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado (BRASIL, 2005).

Outro aspecto interessante dessa nova publicação é que ela traz conceitos de especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) e as usa ao seu favor, trazendo citações destes para embasar e formalizar o texto. Sobre a defesa é dito: “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2005).

Sobre o cenário internacional, a globalização aparece e caracteriza a interdependência dos países, a revolução tecnológica e a expansão do comércio internacional. Além disso, a criação de blocos econômicos em busca de uma competição e a inserção positiva dos países em desenvolvimento no mercado mundial (BRASIL, 2005). Outra questão levantada foi a pauta ambiental, essa que é uma das preocupações atuais da humanidade, uma vez que países detentores de grandes biodiversidades podem se tornar objeto de interesse internacional. A tecnologia da informação também é abordada no texto:

Os avanços da tecnologia da informação, a utilização de satélites, o sensoriamento eletrônico e inúmeros outros aperfeiçoamentos tecnológicos trouxeram maior eficiência aos sistemas administrativos e militares, sobretudo nos países que dedicam maiores recursos financeiros à Defesa. Em consequência, criaram-se vulnerabilidades que poderão ser exploradas, com o objetivo de inviabilizar o uso dos nossos sistemas ou facilitar a interferência à distância (BRASIL, 2005).

Sobre o ambiente regional e o entorno estratégico, a publicação comenta sobre o ambiente regional no qual o Brasil se encontra, que é a América do Sul, bem como o entorno estratégico que ultrapassa o continente e projeta-se ao Atlântico Sul e os países limítrofes da África (BRASIL, 2005).

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (BRASIL, 2005).

A harmonia e o consenso da região são características que conferem estabilidade à segurança. Inclusive, é dito no texto que pela situação geopolítica do Brasil, é interessante que o país aprofunde os processos de desenvolvimento harmônico com a América do Sul, uma vez que isso está atrelado à área de defesa e segurança regional. Em seguida, o próximo tópico da publicação trata sobre o Brasil e seu perfil continental. Nessa atualização, há um foco maior na Amazônia e em questões mais delicadas como a dos indígenas na região, o pressuposto é que a presença do Estado e das Forças Armadas provém o necessário para o desenvolvimento dessa região. Outro aspecto também comentado sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, pois esta deu o direito ao Brasil de estender os limites da Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Nessa área estão presentes grandes reservas de petróleo e gás, fontes importantes de energia (BRASIL, 2005).

Por fim, os objetivos da defesa nacional, as orientações estratégicas e as diretrizes fecham a publicação. Os objetivos são muito parecidos com o da I PDN e visam a projeção do Brasil no concerto das nações, bem como maior inserção em processos decisórios internacionais. As orientações estratégicas também seguem na mesma linha, reiterando as ações diplomáticas em uma primeira instância de resolução de controvérsias. Sobre a reação da defesa, em caso de agressão contra o país, o poder nacional entrará em ação por meios militares, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU (BRASIL, 2005). De modo geral, as Forças Armadas devem agir tanto em litígios de menor importância até questões mais abrangentes em níveis internacionais maiores. Como já dito, a Amazônia e o Atlântico Sul são questões prioritárias da segurança nacional, seguidas das demais situações. Com isso, as Forças Armadas precisam estar preparadas e terem condições de vigília, resposta a ataques cibernéticos e tecnologia para manter seu poder coercitivo.

Novamente, as diretrizes para atingir os objetivos da PDN são várias, com destaque para algumas reformuladas: aumentar a presença militar na Amazônia e no entorno estratégico do Atlântico Sul; garantir recursos suficientes às Forças Armadas;

dispor de capacidade de projeção de poder, visando a participação em operações estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU e entre outros (BRASIL, 2005).

A PDN de 1996, em comparação com a atualização de 2005 e, posteriormente a de 2012, é muito mais enxuta. A primeira publicação é mais elementar e conta com os preceitos básicos da segurança nacional, já as publicações posteriores trazem mais informações e mais detalhes de como os objetivos devem ser logrados. Um exemplo são as citações da ONU, como uma forma de trazer referência ao que é dito no texto, bem como os incentivos à pesquisa e desenvolvimento no setor militar e de armamento.

2.3 Estratégia Nacional de Defesa (EDN)

Ainda no governo Lula, na gestão de Nelson Jobim no Ministério da Defesa (julho de 2007 a agosto de 2011), foi publicado um novo documento de extrema importância nacional: a Estratégia Nacional de Defesa (END). O grupo de trabalho responsável por redigir a END foi apresentado em setembro de 2007, pelo presidente da República. Juntamente ao ministro da Defesa e o ministro da Secretaria de Ações de Longo Prazo, Mangabeira Unger, o grupo foi composto por 40 oficiais do Exército e 20 da Marinha (COSSUL, 2019). Além disso, Jobim afirmava que o governo tinha pretensões de flexibilizar a Lei de licitações, a fim de favorecer empresas nacionais nas compras de equipamentos para as Forças Armadas, o que promoveria a produção interna e, conseqüentemente, incentivaria as exportações para os países latino-americanos (COSSUL, 2019).

De acordo com o documento publicado pelo Ministério da Defesa, “A END é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro.” (BRASIL, 2012, p. 45). Esse novo documento também traz muito sobre tecnologia, de como esta deve estar atrelada as Forças Armadas e serem instrumento de combate. Com isso, seria possível monitorar, vigilar e até mesmo facilitar a própria mobilidade dentro do país, seja esta terrestre, marítima ou aérea e espacial. Outra questão que pode ser considerada polêmica e que é abordada no documento é sobre a energia nuclear,

pois, apesar do comprometimento do uso pacífico dessa energia, há a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia (BRASIL, 2012). A END também reforça bastante a área da Amazônia e sua prevenção, bem como as demais regiões de fronteira que também tem sua importância e singularidade. Uma das diretrizes apresentadas no documento comenta sobre a integração da América do Sul:

Essa integração não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afasta a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano é um mecanismo consultivo que se destina a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. Orienta-se pelo princípio da cooperação entre seus membros (BRASIL, 2012, p. 59).

Em relação a essa integração, é reforçado que a Base Industrial de Defesa deve ser incentivada a competir em mercados externos com a finalidade de aumentar a escala de produção. As parcerias com outros países, sobretudo sul-americanos, têm o propósito de desenvolver capacitação tecnológica e fabricação de produtos de defesa nacionais, o que possibilitaria o desenvolvimento da produção de defesa em conjunto com os demais países da região (BRASIL, 2012).

Os eixos estruturantes da END são baseados nas Forças Armadas: a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea do Brasil. Cada uma dessas três Forças são apresentadas e, junto a isso, são apresentados objetivos e deveres estratégicos de cada uma de modo a garantir sua máxima eficiência dentro da Estratégia Nacional de Defesa. Por fim, já ao final da publicação, há a explanação sobre a Base Industrial de Defesa, esta que é essencial para a defesa do Brasil. A Base Industrial é formada tanto por empresas privadas e públicas e por organizações civis e militares que realizam a pesquisa, desenvolvimento, projetos, modernização e manutenção dos produtos de defesa no país (BRASIL, 2012).

A fim de compatibilizar os esforços governamentais de aceleração do crescimento com as necessidades da Defesa Nacional, o Ministério da Defesa, juntamente com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ciência, Tecnologia e Inovação e a

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, elaborou a Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabeleceu normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de Defesa, e ainda sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa (BRASIL, 2012 p. 145).

A indústria de defesa será melhor e mais aprofundada no próximo subcapítulo a partir de um breve apanhado histórico.

2.4 Apanhado histórico da indústria de defesa e seus impactos na balança comercial

Como já foi exposto, o debate sobre a Defesa Nacional tem aparecido com mais frequência ultimamente, seja pelas políticas públicas promovidas pelos governos ou também pela presença dos estudos de Defesa na academia. Essa questão pode parecer contraditória, afinal o país não se envolve em guerras há pelo menos oitenta anos, além de os conflitos armados em território nacional não existirem há um século. Ainda que o Brasil seja um país que pregue pela paz e que seja um pacifista no sistema internacional, de acordo com as teorias realistas das Relações Internacionais, os Estados precisam resguardar a sua soberania nesse ambiente anárquico. Isso só pode ser logrado de uma forma: possuindo capacidade de dissuasão e reforçando as estruturas de defesa.

Ainda sobre a PND, agora com o nome de Política Nacional de Defesa a partir de 2012, um dos objetivos centrais dessa política é o de equiparar as Forças Armadas do país. A partir desse objetivo, a Base Industrial de Defesa (BID) ressurge como um importante instrumento: capacitar o país no desenvolvimento tecnológico e estratégico para se tornar menos dependente nas compras internacionais. Como já foi pontuado, a superioridade militar reside na superioridade científica tecnológica, já que a indústria e as inovações no campo militar de armamentos não são resumidas a produção de novas armas, e sim de todo um contexto de produção de sistemas de armas, satélites, códigos, dados, programas etc. assim como em qualquer outra indústria que demanda tecnologia (ANDRADE; FRANCO, 2015).

Define-se como Base Industrial de Defesa (BID), toda a estrutura responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e

manutenção dos produtos e serviços de uso militar. Nela, se encontram as fábricas e prestadores de serviços, responsáveis pelo fornecimento de equipamentos, armas e serviços de combate ao homem contemporâneo (Amarante 2012; LBDN 2012; Markusen 1986) (LEÃO; SANTOS; SILVA; 2018, p. 91).

Os governos pós-1964 passaram a buscar uma base industrial de defesa diversificada, essa estratégia se inseria no quadro da política desenvolvimentista da época que buscava completar a estrutura produtiva do Brasil (MELO, 2015). A indústria de defesa era tida como uma das características estratégicas do projeto “Brasil Grande Potência”, uma vez que os materiais militares disponíveis no país estavam se tornando obsoletos. O contexto do “milagre econômico” de 1967 a 1975 favoreceu a consolidação da base industrial de defesa, a qual pode utilizar-se da infraestrutura fabril e tecnológica, principalmente do setor automobilístico (MELO, 2015). As Forças Armadas brasileiras buscaram consolidar instituições de pesquisa e desenvolvimento para dominar o ciclo do armamento.

A Força Aérea Brasileira (FAB) contou com o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), criado em 1946, que passou a englobar diversos institutos, com destaque para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O Exército Brasileiro capacitou o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e o Instituto de Projetos Especiais (IPE). A Marinha do Brasil, por sua vez, fortaleceu o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) (MELO, 2015, p. 140).

Na década de 1970, o governo lançou diversos programas militares para reequipar e modernizar as Forças Armadas. Dentre eles, é possível citar a construção das fragatas *Niterói*; dos veículos blindados de reconhecimento (EE-9 Cascavel) e transporte (EE-11 Urutu) e dos aviões a jato *Xavante*. Além disso, também surgiram o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta I) e o Programa Nuclear da Marinha (MELO, 2015).

Ainda em 1969, foi criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) durante o regime militar. A empresa foi criada pelo então Ministério da Aeronáutica e se assemelhava às indústrias petrolífera e siderúrgica, que também contaram com a presença de militares (FORJAZ, 2005). A empresa foi fundada com capital misto e foi

consoante com o projeto desenvolvimentista do país. O objetivo era consolidar a Embraer como a principal produtora de aeronaves e fornecedora da FAB. A primeira atuação da Embraer foi com a licença obtida pela empresa italiana Aermacchi, sobre os jatos de treinamento e ataque no projeto *Xavante* (MELO, 2015). Já nos anos 1980, novamente com empresas italianas, foi desenvolvido o caça tático AMX. Em seguida, graças aos programas *Xavante* e AMX a empresa seguiu com projetos próprios, como o avião de treinamento *Tucano* (MELO, 2015).

Ao decorrer da história, a empresa produziu cerca de 5 mil aeronaves, estas que operaram em 88 países. Além do mercado interno que era formado pelo Estado, o mercado externo também passou a ter importância pois era viável a produção de aviões no Brasil. Segundo Costa e Souza-Santos (2010), a empresa começou a buscar certificações internacionais, no intuito de penetrar em novos nichos de mercado. No mercado civil é possível citar o *Bandeirantes*, que concorria com as rivais norte-americanas Beech e Fairchild e conquistou um terço do mercado norte-americano de transporte. Na década de 1980, a Embraer vendeu o *Tucano* como avião de treinamento para outras forças aéreas, como a britânica e a francesa, que são inclusive duas das maiores do mundo.

Ainda na década de 1980, o cenário brasileiro começa a mudar, e este perde interesse em financiar os projetos da empresa, que entra em crise. Já a partir dos anos 1990, esse cenário se intensifica nos mandatos de Collor e Franco (1990-1994), época que aconteceu uma grande onda de privatizações de empresas anteriormente consideradas estratégicas (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2010). Em decorrência desse contexto, a Embraer foi privatizada ao final de 1994. Inevitavelmente passou por reestruturações financeiras, porém continuou investindo em projetos que iniciaram ainda antes da privatização, como o jato regional ERJ 145, visto que esse mercado era latente e promissor, o que explica as exportações de jatos regionais resultarem em 90% do total exportado pela empresa (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2010). A Embraer se colocou como a maior exportadora brasileira entre 1999 e 2001 e segunda maior nos três anos seguidos, além de contar com cerca de 16 mil colaboradores, sendo 95% situados no Brasil (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2010).

Em relação ao Exército Brasileiro, em 1975 foram reunidas as cinco unidades produtivas em uma só estatal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel). Esta nova empresa passou a ser responsável pela produção de armamentos individuais como fuzis, pistolas e armas leves; munições e explosivos, bem como aparelhos de comunicação portáteis (MELO, 2015). Um pouco mais tarde, em 1982, a Marinha do Brasil criou a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) com o intuito de fabricar munição e ainda gerenciar projetos e promover a indústria militar naval (MELO, 2015).

Apesar da emergência de empresas estatais no ramo da defesa, o equilíbrio entre público e privado era algo que se buscava. As instituições estatais tomavam a frente de produções as quais ainda não eram dominadas pelas empresas privadas, com a finalidade de não gerar desfalques para elas. Com isso, além das empresas estatais já mencionadas, também surgiram novas indústrias privadas, expandindo igualmente o parque industrial de defesa brasileiro. Segundo Melo (2015), o quadro a seguir ilustra algumas das empresas criadas na época:

Quadro 3: Empresas do ramo da defesa criadas na década de 1980

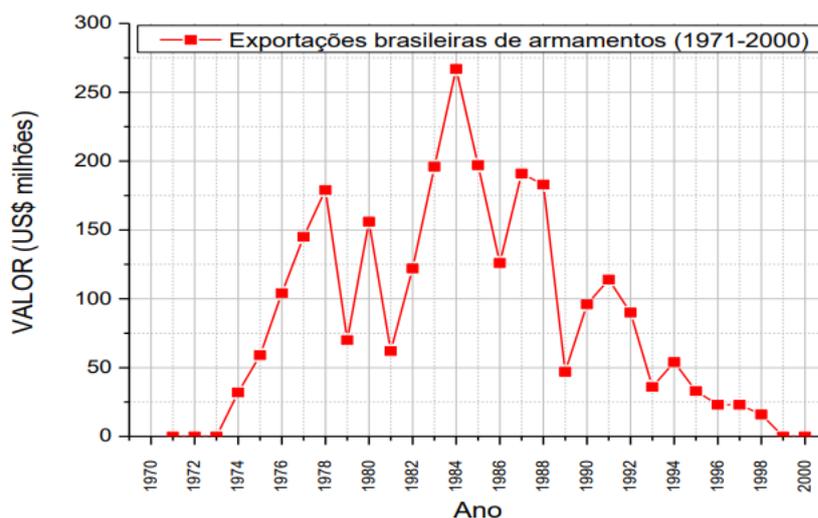
<p>Avibras Indústria Aeroespacial S.A. (Avibras)</p>	<p>Constituída em 1961, baseava-se no setor aeronáutico e espacial com foguetes de sondagem e, posteriormente, começou a produzir sistemas de artilharia e mísseis. Nos anos 1980 desenvolveu o lançador de foguetes Astros II, obtendo grande sucesso nas exportações. Hoje está entre as cem maiores exportadoras do país (Avibras, 2022).</p>
<p>Engenheiros Especializados S.A. (Engesa)</p>	<p>Foi uma empresa fundada em 1963, porém começou a participar do mercado militar em 1970, produzindo veículos blindados (EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu), além de veículos leves. Na década de 1980, no auge da empresa, ela contava com doze filiais. Entretanto, pelas retrações da economia dos anos 1990, a empresa faliu em 1993.</p>
<p>Helicópteros do Brasil S.A. (Helibras)</p>	<p>Criada em 1978 como resultado de um grupo de sociedades da empresa francesa Aérospatiale, juntamente com uma empresa nacional do governo de Minas Gerais.</p>

Fonte: Elaboração da autora.

Os anos 1980 foram o auge da base industrial de defesa no Brasil, a maior parte das necessidades de baixa tecnologia das Forças Armadas eram atendidas

pelas empresas nacionais do setor. As exportações também estavam em uma boa fase, sendo que praticamente em sua totalidade, as empresas que mais exportavam eram a Embraer, Engesa e Avibras (RODRIGUES, 2020).

Gráfico 7: Exportações brasileiras de armamentos (1971-2000)



Fonte: Rodrigues (2020), p. 26, com dados obtidos através do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (2017).

Como é possível observar no gráfico, o ápice das exportações aconteceu em 1984, chegando a um valor de US\$ 267 milhões (RODRIGUES, 2020). Nos anos de 1985 e 1986 alcançou a nona posição entre os maiores exportadores mundiais. Em torno de 90% das exportações concentravam-se nos aviões *Xavante*, os veículos blindados EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu e o sistema Astro II (MELO, 2015). Os principais destinos das exportações eram os países do Oriente Médio e norte da África, bem como diversos países da América do Sul, estes últimos com 28% nas participações (MELO, 2015).

Contudo, como também é possível observar pelo gráfico, o apogeu da indústria de defesa foi deveras importante para o desenvolvimento nacional e econômico, mas ainda assim este foi curto. Os anos 1990 foram a reversão dessa trajetória.

O fim da Guerra Fria, com o conseqüente sentimento de paz, provocou substantiva retração do mercado internacional e sua saturação com a intensificação da concorrência entre os atores tradicionais e novos

atores advindos do antigo bloco socialista. Observou -se, no mercado mundial, importante processo de reestruturação industrial, com a consolidação de empresas de defesa em torno de “gigantes industriais”²³⁹, muitos dos quais multinacionais (MELO, 2015, p. 144).

As exportações caíram drasticamente, sendo reduzidas a US\$ 30 milhões anuais de 1993 a 2005 (MELO, 2015). A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) explicou que o fracasso comercial do avião de caça AMX se deu pelo fato de que a aeronave entrou em operação em um período de redução dos orçamentos militares, além de existir muitos aviões militares com pouco uso. Já no caso do carro EE-T1 Osório da Engesa, acabou concorrendo com gigantes do mercado externo que contavam com seus países, como o caso da Arábia Saudita (MELO, 2015). Apenas a Embraer conseguiu se manter competitiva no mercado após a sua privatização.

A empresa Avibras chegou a ficar seis anos sem exportar produtos de defesa (RODRIGUES, 2020). Esse foi um período no qual a balança comercial dos produtos de defesa esteve bastante negativa. O que explica esse fenômeno é a grande quantidade de importação de materiais de alta tecnologia, uma vez que a produção nacional não era viável pela enorme dificuldade brasileira em colocar no mercado os produtos de alta tecnologia, isso devido à baixa capacitação e desenvolvimento tecnológico.

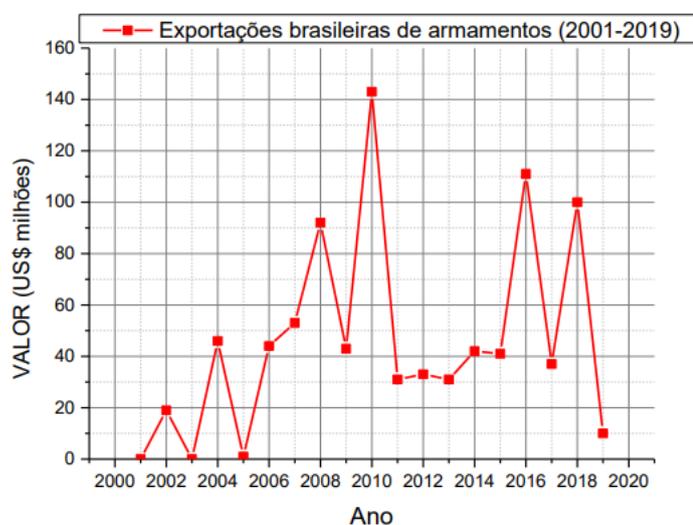
Além das importações em grande escala, as Forças Armadas também passaram a adquirir equipamentos usados a fim de manter a capacidade operacional. Os materiais comprados variam entre aviões de caça supersônicos, aviões de transporte, fragatas e ainda carros de combate. O resultado dessas compras foi a restrição ainda maior do mercado interno (MELO, 2015). Os efeitos dessa baixa drástica tanto das vendas externas quanto internas, além da baixa produtividade justamente pela falta de mercado, fez com que as empresas da base industrial de defesa entrassem em falência, algumas mudaram o ramo para o civil, e outras se endividaram.

Esse cenário negativo perdurou até os anos 2000, época a qual o desenvolvimento econômico começou a ter indicativos positivos novamente, além de um cenário internacional favorável. O cenário interno passava por uma forte

expansão, além de diversos investimentos do Estado em diferentes áreas, incluindo a defesa (MELO, 2015). Outro aspecto importante foi o novo governo que veio com conquistas significativas como estabilidade política e econômica, a nova política de defesa foi lançada pelo governo Lula e o objetivo era transformar essa estrutura. “Sua estratégia concedia especial importância à modernização da gestão e à reorganização da base industrial da defesa e visava à capacitação produtiva e tecnológica nacional.” (MELO, 2015, p. 146). As medidas tomadas a partir de então foram para consolidar e institucionalizar a implementação de uma política integrada para a base industrial de defesa.

Em 2005 foi lançada a atualização da PDN, e nela aparece em destaque a importância da capacitação na indústria de materiais e equipamentos de alto valor agregado, a fim de diminuir a dependência externa do país sobre esses itens. Entretanto, o cenário só começou a mudar verdadeiramente com a aprovação da END em dezembro de 2008. A revitalização da indústria nacional é um dos três eixos estruturantes para a defesa nacional, bem como a reorganização das Forças Armadas. No gráfico a seguir é possível observar a melhora nas exportações no início dos anos 2000, assim como as diversas oscilações que esse setor sofreu até o ano de 2019.

Gráfico 8: Exportações brasileiras de armamentos (2001-2019)



Fonte: Rodrigues (2020), p. 31, com dados obtidos através do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (2017).

Com base no gráfico é possível observar que até os cinco primeiros anos da década, cada ano oscilou bastante em relação ao anterior. Em seguida houve um pico até 2010 de grande crescimento, com a retração em 2008 justificada pela crise econômica mundial. A partir de 2011 a queda foi expressiva e o crescimento posterior foi tímido. Em 2015, 2016, 2017 e 2018 voltou a oscilação anual com crescimentos e quedas bruscas respectivamente.

Seguindo na linha de tempo, em 2011 foi lançado pelo governo Dilma o Plano Brasil Maior (PBM), o qual era uma política industrial, tecnológica e de serviços de comércio exterior. Essa política era focada no estímulo à inovação e à produção nacional a fim de fortalecer a competitividade da indústria, tanto externa quanto interna (BRASIL, 2011). O PBM substituiu a Política de Desenvolvimento Produtivo de 2008, e promoveu o incentivo à inovação e à agregação de valor da indústria nacional, além de elencar o complexo industrial de defesa como estratégico para o país (MELO, 2015). Em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.598 que instituiu normas específicas para a compra, contratação e desenvolvimento dos produtos e sistemas de defesa. Esse foi um novo marco para o Estado e para o mercado em relação à indústria de materiais militares. A lei, que é um desdobramento do PBM, encerrou questões tributárias que favoreciam a importação dos produtos em detrimento dos fabricados em território nacional, além de dar uma base jurídica a uma política de aquisições efetiva para equipar as Forças Armadas (MELO, 2015).

Com base nesse novo arranjo sobre a indústria de defesa, o governo iniciou um conjunto de programas de reequipamento e fortalecimento da estrutura nacional de defesa. Em sua maioria, os programas referem-se ao desenvolvimento e à capacitação nacional sobre as tecnologias. Em 2008 foi o Prosub e o Programa de Helicópteros EC-725, dentro da parceria estratégica do Brasil e França. O Prosub surgiu com o objetivo de produzir quatro submarinos convencionais e a fabricação do primeiro submarino brasileiro armado com propulsão nuclear (BRASIL, 2022). No sentido operacional, o programa envolveu a construção do estaleiro e da base de submarinos em Itaguaí (RJ). O programa também beneficiou uma conhecida empresa nacional, a Odebrecht Defesa e Tecnologias, além de garantir a presença do Estado

com a Itaguaí Construções Navais, a Nuclebrás Equipamentos Pesados e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa. Segundo o site oficial da Marinha, o submarino de propulsão nuclear será lançado em 2029. O Programa de Helicópteros previa a nacionalização da produção de cinquenta helicópteros EC-725, bem como a duplicação das instalações da Helibrás em Minas Gerais. Outros programas importantes de serem mencionados, segundo Melo (2015):

Quadro 4: Programas de reequipamento e fortalecimento da estrutura nacional de defesa

Programa Guarani	Parceria com a Fiat-Iveco, o qual busca equipar a Infantaria Mecanizada e modernizar a Cavalaria Mecanizada, com uma nova família de blindados (EPEX, 2022).
Projeto Astros 2020	É um sistema de lançadores de mísseis e foguetes, podendo atingir até 300km e sendo uma força de dissuasão extrarregional. Foi lançado em 2012 e sua previsão de conclusão é para 2023 (EPEX, 2022b).
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	É um sistema de sensoriamento e apoio ao emprego operacional, com o propósito de fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento da ação do Estado na faixa de fronteira terrestre (EPEX, 2022c).
Programa FX-2	Levou a compra de 36 caças Gripen NG, em 2013, da empresa sueca SAAB (COSSUL, 2019).

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro (2022) e Cossul (2019).

Conseqüentemente ao lançamento e manutenção de todos esses projetos de defesa, os gastos aumentaram significativamente. Além de aquisição de aparelhagem, o financiamento de projetos de pesquisa e tecnologia também aumentou os custos, estes que passaram de R\$ 1,98 bilhão em 2001, para R\$ 7,7 bilhões em 2010. Os orçamentos de reaparelhamento do Exército e da Força Aérea ampliaram cerca de 150%, enquanto os recursos da Marinha expandiram 1.650%, uma vez que os recursos desta se encontravam muito baixos (MELO, 2015).

Em relação às exportações, elas voltaram a crescer devido ao aumento nos gastos militares em países em desenvolvimento, como aconteceu no Brasil, especialmente na Colômbia, Equador e Chile – estes países latinos foram os principais

compradores de materiais de emprego militar produzidos no Brasil no período de 2000 a 2010 (RODRIGUES, 2020). O principal produto exportado foi a aeronave da Embraer, o avião Super Tucano. Inclusive, durante todo o período de 2001 a 2019, o principal produto exportado foram as aeronaves, representando 85% do total. Cabe ressaltar que, em 2014, a Embraer apresentou o protótipo da aeronave de transporte multimissão KC-390, a qual foi desenvolvida em parceria com o Comando da Aeronáutica, o primeiro avião foi entregue à FAB em 2019 (RODRIGUES, 2020). O segundo lugar das exportações ficou com a Avibras, representando 7,8% das vendas com veículos, Sistemas de Artilharia Astros II e radares. 7,2% das vendas ficaram com os mísseis da Odebrecht Defesa e com a venda de produtos de segunda mão (MORAES, 2012).

Ainda que as exportações tenham voltado a um ritmo competitivo, não chegaram a ultrapassar o êxito dos números totais dos anos 1970 até 1990. Outro aspecto é que a falta de demanda interna deixa este mercado muito dependente do exterior. A combinação desses fatores, somados à pequena diversidade da pauta de exportações da indústria de defesa brasileira, leva a um cenário não muito favorável em relação às vendas e ao equilíbrio da balança de comércio exterior de produtos militares do Brasil, voltando ao clássico desequilíbrio de importações de alta tecnologia com alto valor agregado, e o cenário reverso nas exportações. Ainda que essa máxima seja completamente verdade, em comparação à queda brusca dos anos 1990, os anos 2000 em diante foram muito importantes tanto em relação às vendas puras para o exterior, quanto a novas políticas de incentivo a base industrial e aos novos projetos que surgiram na época e têm desdobramentos até os dias de hoje.

3. O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MATERIAIS DE DEFESA DO BRASIL COM A AMÉRICA DO SUL

Este capítulo trará informações e análises sobre o comércio internacional do Brasil com os seus vizinhos da América do Sul, sobretudo em questões de Materiais de Defesa (MD). O capítulo se dividirá, primeiramente, em uma breve análise sobre o mercado internacional de equipamentos militares de uma forma mais generalizada; após essa primeira explanação, o próximo subcapítulo falará do compromisso do Brasil com a transparência no comércio internacional de armas. Por fim, a terceira e última parte do capítulo traz a discussão principal desta pesquisa, que é o intercâmbio comercial de materiais de defesa entre o Brasil e seus parceiros comerciais da América do Sul, entre o final dos anos 1990 até o ano de 2018, como um reflexo das políticas de defesa e estratégia que o país publicou ao longo destes anos.

3.1 O Brasil no mercado internacional de equipamentos militares

A Indústria de Defesa é bastante dinâmica e envolve diversos produtos que são comandados por ações do governo, a fim de garantir a segurança, a ordem e a harmonia dos Estados. Em consequência disso, o comércio internacional dos produtos desta indústria pode seguir parâmetros diferentes dos que costumam ser orientados pelos mercados nos quais o lucro extraordinário seja o alvo principal (GUIMARÃES, 2019). Os resultados dos fluxos internacionais dos produtos de defesa também podem ser influenciados porque muitos países acreditam que o comércio exterior da base industrial de defesa é um bem público (GUIMARÃES, 2019).

O Ministério da Defesa do Brasil classificou 300 produtos como estratégicos de defesa, em razão do teor tecnológico e de especificidades técnicas. Os produtos internacionais no comércio exterior brasileiros são classificados pela Nomenclatura Comum do Sul (NCM), esta identificação refere-se a questões tributárias e para descrever melhor as mercadorias para compradores e vendedores. Segundo Guimarães (2019), recentemente também foi considerado produtos internacionais oriundos da BID os equipamentos militares comercializados por 100 empresas credenciadas no Ministério da Defesa, isso em razão das habilidades e expertises

junto as Forças Armadas do Brasil, como a Taurus, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e a Condor S.A. Ao total, o catálogo dos produtos militares presentes na BID apresenta cerca de 900 produtos em um montante de 15 mil itens classificados pela NCM (GUIMARÃES, 2019). É possível perceber que os processos decisórios no campo dos materiais de defesa são politizados, já que é o governo que realiza a maior parte das compras, da produção e ainda regula as exportações das empresas envolvidas (DAGNINO; CAMPOS FILHO, 2007).

O aumento dos fluxos internacionais de mercadorias vem crescendo de forma positiva após o fim da Guerra Fria. O novo sistema global abriu portas para novos atores, como no caso do mercado Asiático, com destaque para China e Japão e o leste europeu. Ainda assim, as estimativas e percentuais das exportações da indústria de defesa no sistema internacional são nebulosas. Diversos países mantêm segredo em relação à transação deste tipo de material, além de existir um mercado clandestino de forte atuação no segmento (GUIMARÃES, 2019).

Ainda assim, é possível extrair valores de referência de fontes confiáveis e analisar o comércio internacional brasileiros dos materiais de defesa. O saldo da balança comercial brasileira de equipamentos e suprimentos militares tem a característica de ser negativo, uma vez que as importações superam as exportações. Entretanto, esse resultado negativo não é uma surpresa, dado que, como já foi comentado, a tecnologia empregada na indústria de materiais de defesa é muito alta, cara e, infelizmente, escassa no Brasil. Por outro lado, apesar dos saldos negativos, não significa que não houve exportações.

O comércio internacional dos produtos de defesa militar é fortemente influenciado por políticas governamentais procurando fortalecer posições de Estado no sentido de propiciar Segurança e Ordem ao Território Nacional. Assim, as Forças Armadas privilegiam as compras domésticas por equipamentos e suprimentos militares em detrimento às importações. Contudo, a exigência de conteúdos militares mais sofisticados ou a pouca demanda doméstica de bens de defesa, de tal sorte que não justifique escalas para a produção interna, podem ser acompanhadas por importações complementares. Essa parece ser a explicação para as importações de

equipamentos e suprimentos militares serem cerca de 2,5 superiores as exportações (GUIMARÃES, 2019 p. 14).

Entre os anos de 2000 e 2009, o Brasil importou U\$2099 bilhões em materiais militares, correspondendo a 1,6% do PIB. Entre 2010 e 2018, as importações subiram e somaram um total de U\$2115 bilhões, cerca de 1,4% do PIB (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020). Os principais ofertantes de equipamentos de defesa ao Brasil são: Estados Unidos, China e União Europeia. Os EUA participaram com cerca de 18% das importações; a União Europeia aparece com um *market share* superior aos 21%, enquanto a China aparece como maior vendedora chegando a participar em 27% da pauta importadora brasileira (GUIMARÃES, 2019).

Em relação às exportações, durante o mesmo período de 2000 a 2009, a queda foi ainda maior do que a de 1990, correspondendo a 0,2% do total das exportações. Já entre 2010 e 2018, as exportações aumentaram e totalizaram U\$598 milhões, mas ainda representando um total de 0,2% das exportações (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020). Durante o período de 2000 a 2009, o maior importador da BID brasileira foi a Colômbia com US\$ 110 milhões. No período seguinte, 2008 a 2017, o principal comprador do Brasil foram os EUA, participando com uma média de 30% nas exportações, seguido pela América do Sul com 23%, esta bastante concentrada na Argentina (GUIMARÃES, 2019). A União Europeia foi um comprador relevante com 20% nas participações, por outro lado a China não obteve mais de 7% das exportações (GUIMARÃES, 2019).

A participação das exportações brasileiras da indústria de defesa configura uma parcela pequena no total das exportações entre os anos 2000 e 2018. Como já foi mencionado, um dos fatores que justificam essa situação é que o mercado de bens de defesa não é regido pelas mesmas leis de oferta e demanda dos bens civis, e sim pela demanda determinada pelos Estados, de acordo com as suas estratégias e sua geopolítica (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

Em relação às características das importações e exportações dos materiais de defesa, as importações brasileiras consistem em aeronaves, sistemas de defesa aérea, artilharia, armamentos navais, veículos blindados, navios e sensores. Em

relação às exportações, estas consistem em aeronaves, artilharia, navios, sensores, mísseis e veículos blindados (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

De acordo com o ranking internacional dos maiores exportadores da indústria bélica, criado pelo Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo, entre as décadas de 1970 e 1980, o Brasil esteve na 16ª posição no ranking. Nesse período, o 1º lugar ficou com a União Soviética, o 2º lugar com os Estados Unidos, e o 3º lugar com a França. Na década de 1990, o Brasil desceu 10 posições, ficando em 26º lugar no ranking internacional. Isso é explicado pelo encerramento das atividades da ENGESA e, conseqüentemente, perdendo as exportações dos carros blindados da empresa (SIPRI, 2022).

Entre os anos 2000 e 2009, o Brasil caiu novamente e perdeu seu posto para a Áustria, passando a ocupar o 29º lugar entre os maiores exportadores da indústria bélica internacional. No período mais recente, entre 2010 e 2018, o Brasil deixou a 29ª posição e subiu para o 22º lugar no ranking internacional, ocupando o lugar da Coreia do Norte (SIPRI, 2022). Segundo Nabuco; Costa e Meireles (2020), neste último período as exportações de defesa totalizaram aproximadamente US\$257.687 bilhões, sendo destes US\$598 milhões de origem brasileira. Isso significa que a participação do Brasil corresponde a 0,23% das exportações mundiais. Ainda assim, apesar da pequena parcela na porcentagem da indústria de defesa mundial, o Brasil aparece em mais um ranking internacional, o da Global Firepower (GFP) como a 14ª maior potência militar do mundo entre 155 países, subindo para o 13º lugar em 2019 e, atualmente (2022), se encontra no 10º lugar (GFP, 2022).

O Brasil possui um forte histórico de participações em conferências e negociações internacionais sobre os assuntos de defesa. Apesar de não existir muitas convenções ou tratados proibindo armas convencionais, como no caso das armas químicas, biológicas e nucleares, existem mecanismos de transparência que solicitam aos Estados a prestarem informações sobre o comércio dessas armas ditas convencionais. Esses mecanismos foram criados pelas Nações Unidas com a finalidade de construir confiança entre os Estados por meio da identificação dos

acúmulos das armas em determinadas regiões, sobretudo as atingidas por conflitos e violações de direitos humanos (RUGGIO; SILVA, 2012).

As convenções internacionais as quais o Brasil é signatário, em relação ao tópico das armas convencionais são recentes. Em meados do final da década de 1980 e início de 1990 que começou a inflamar a necessidade de existir esse tipo regulamentação. Nesse sentido, a Convenção Sobre Proibição ou Restrição ao Uso de Certas Armas Convencionais, foi ratificada em 3 de outubro de 1995 e promulgada pela primeira vez em 20 de agosto de 1998. Essa Convenção foi adotada em Genebra ainda na década de 1980, e tem como objetivo banir ou restringir o uso de tipos específicos de armas que causem sofrimento desnecessário ou injustificável aos civis (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

Os protocolos dessa convenção referem-se a danos que possam ser causados em civis, como “Fragmentos não detectáveis” no corpo humano, não aparecendo em raios X por exemplo; a proibição ou restrição ao “emprego de minas, armadilhas e outros artefatos”; proibição ou restrição ao “emprego de armas incendiárias”; a proibição de laser que causa cegueira e, por último e mais recente, o protocolo que dispõe sobre restos explosivos de guerra, adotado em 2006 (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

O Tratado de Comércio de Armas Convencionais regula o comércio internacional de armas convencionais nas categorias: sistema de artilharia de grande calibre, aviões de combate, helicópteros de ataque, tanques de batalha, blindados de combate, navios de guerra, mísseis e armamentos leves. Esse tratado entrou em vigor em dezembro de 2014 e foi assinado pelo Brasil em junho de 2013, em Nova Iorque, pela ONU. A ratificação do tratado foi registrada em agosto de 2018, extremamente recente (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

Os demais tratados se referem a questões já mais debatidas no sistema internacional, como na questão das armas químicas e nucleares. A Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção e Estoque de Armas Bacteriológicas e Tóxicas foi o primeiro tratado multilateral de desarmamento que banuiu o desenvolvimento, produção e estoque de toda uma categoria de armas de destruição

em massa, entrando em vigor em março de 1975. A Convenção de Armas Químicas tem o objetivo de eliminar a produção, desenvolvimento, aquisição e armazenamento de armas químicas. A Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAC) foi o organismo responsável pela implementação da convenção, a qual entrou em vigor em abril de 1997, sendo promulgada pelo Brasil em 1999 (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares entrou em vigor em 1970 e objetiva prevenir a proliferação das armas e tecnologias nucleares, promovendo o uso pacífico da energia nuclear. O tratado foi promulgado pelo Brasil em 1998. O Tratado de Proibição de Armas Nucleares, o qual teve seu primeiro processo iniciado em 2013, durante as Conferências sobre os Impactos Humanitários das Armas Nucleares, sendo aprovado em 2017. Esse tratado objetiva proibir os Estados signatários de desenvolver, testar, produzir, adquirir, armazenar, utilizar e ameaçar a utilização das armas nucleares. O Brasil assinou o tratado em setembro de 2017, mas ainda não o ratificou (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020).

3.2 O Brasil no mercado sul-americano de equipamentos militares e os impactos na balança de comércio exterior

A queda nas exportações de Materiais de Defesa (MD) na década de 1990 resultou em mudanças expressivas na dinâmica da produção da indústria de defesa, o que impôs ao Brasil duas alternativas para desenvolver seu potencial produtivo: aumentar os gastos da defesa em relação à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou a cooperação regional em P&D e a produção de MD com os países sul-americanos (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017). Além disso, há a dificuldade do desenvolvimento da indústria de defesa nos países menos desenvolvidos, bem como a falta de demanda. É um mercado muito fechado e bastante competitivo (FORESTI, 2019).

Diante destas dificuldades, somadas as mudanças que ocorrem na América do Sul no setor da defesa, com os Estados Unidos ampliando sua influência na área da segurança na região, como no caso da Colômbia pela presença militar norte-americana no país, a partir do ano de 2003, o governo brasileiro passou a fomentar a

cooperação militar na América do Sul. No ano de 2008, foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), compostos pelos 12 países sul americanos (FORESTI, 2019). O CDS é baseado no respeito à soberania e à não intervenção, os seus objetivos são de consolidar a América do Sul como uma zona de paz livre de armas nucleares e de destruição em massa; construir uma identidade sul-americana de defesa; reforçar a cooperação regional no setor da defesa e aumentar a defesa dos recursos naturais da região (BRAGATTI; GONÇALVES, 2018).

Segundo Bragatti e Gonçalves (2018), existem quatro eixos de cooperação no Conselho de Defesa da Unasul. O primeiro eixo é sobre políticas de Defesa, a Unasul e o CDS procuram desenvolver uma visão estratégica comum, buscando uma abordagem regional para a segurança e para uma identidade sul-americana. O segundo eixo trata-se da manutenção da paz (cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz), e busca aliar as experiências regionais de operações combinadas e conjuntas por meio de treinamentos comuns. Através do treinamento comum, buscam diminuir as diferenças das doutrinas militares das Forças Armadas sul-americanas.

O terceiro eixo é sobre a indústria e tecnologia de defesa, a Unasul busca autonomia regional nessa área através da redução da dependência externa dos fornecedores tradicionais da Europa e Estados Unidos. O objetivo de desenvolver a indústria regional de defesa requer uma escala internacional e tecnologia própria, de modo que um país sozinho teria dificuldades, então a cooperação tornaria possível. O Brasil é o país com maiores capacidades e interesses em desenvolver essa dimensão da Unasul, à época. No Plano de Ação 2010-2011 foi o eixo que mais registrou atividades (BRAGATTI; GONÇALVES, 2018).

O quarto e último eixo refere-se à formação e à capacitação, o CDS tem desenvolvido instâncias nestas áreas, como o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (Ceed) em Buenos Aires e a Escola Sul-Americana de Defesa (Esude) com sede em Quito. O Ceed é uma instância de produção de estudos estratégicos que tem como objetivo a geração e difusão de conhecimento estratégico

sul-americano no campo da defesa e segurança regional internacional. Já em relação a Esude, o objetivo é promover e difundir opiniões e consensos nas questões de estratégica por meio do diálogo (BRAGATTI; GONÇALVES, 2018).

Nos Planos de Ação de 2012 e 2013, o CDS aprovou o desenvolvimento e produção regional de dois sistemas de armas. O primeiro foi do avião de treinamento básico, sob responsabilidade da Argentina e com corresponsabilidade do Equador, Chile, Brasil, Peru e Venezuela. O segundo foi o projeto dos aviões não tripulados (VANTs), pela responsabilidade do Brasil e com corresponsabilidade da Argentina, Chile e Venezuela (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017). O projeto de produção da aeronave de treinamento básico, a qual foi batizada de Unasul I, teve um comitê criado especialmente para a gestão do projeto e da montagem do avião, desde os custos e financiamentos, até previsões de orçamento e datas.

A fase de desenvolvimento do projeto previa um custo de US\$ 60 milhões. O Brasil ficou responsável por 62% dos subsistemas a serem utilizados na aeronave, representando US\$36 milhões que seriam repassados às empresas brasileiras participantes do projeto: Novaer (trem de pouso), Akaer (asas equipadas), Flight Technologies e Avionics (painel de instrumentos). Às empresas argentinas coube uma participação de 28% do valor (US\$ 16 milhões) para produzir portas, hélices, montagem de motor e assentos ejetáveis (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017, p. 307).

O programa ainda previa que, com a fase de desenvolvimento concluída, o modelo de produção seria definido com o financiamento feito pelo Brasil, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Entretanto, com o agravamento da crise política e econômica vigente na época, discordâncias por parte da Argentina em relação ao projeto, o número restrito de países que se dispuseram a comprar o Unasul I e a concorrência – inclusive concorrência de empresas privadas brasileiras, como a Novaer com o treinador básico Tc-x, foram fatos que inviabilizaram a produção da aeronave (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017). Em relação aos VANTs, também sofreram descontinuidade em decorrência da crise política e econômica que assombrava o Brasil em meados de 2015. Apesar de ter tido avanços significativos em negociações e definições de projeto, o modelo não seguiu para as próximas fases de produção.

A partir do fim dos governos petistas, de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 – 2016), o Brasil começou a se distanciar gradativamente da UNASUL. O então novo governo de Michel Temer (2016—2018), bem como suas atualizações nos ministérios, trouxeram uma nova pauta para o Brasil no sistema internacional, e a cooperação e aproximação com a América do Sul não era mais prioridade. O novo governo estava com um viés voltado ao comércio e à economia, com países como os EUA e a EU, ou seja, aqueles mais desenvolvidos, bem como inaugurou um novo alinhamento da sua política externa, o qual não priorizava a liderança regional do país. Ao fim da curta era Temer, Jair Messias Bolsonaro é eleito e assumiu a presidência em 2019, juntando-se a onda de extrema direita que pareava a América do Sul.

Pautas que estavam sendo despriorizadas, foram com o novo governo. Em abril de 2019, o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores, oficializou a saída do Brasil da UNASUL. Com a nova onda conservadora no continente, sendo Argentina, Chile, Equador e Colômbia também fazendo parte, o alinhamento aos países desenvolvidos foi priorizado, o que, segundo Zucatto (2019) colaborou com o esvaziamento da UNASUL.

Apesar da saída de uma das principais, - se não a principal - organização de Estados sul-americanos para promoção da defesa, foram lançadas as bases para o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), o qual aborda temas de integração na área da defesa.

A proposta de criação do PROSUL [...] parece apenas uma resposta à necessidade do governo de substituir as dinâmicas regionais estabelecidas em governos passados. De um modo geral, o esvaziamento e saída da UNASUL foi a forma de extinguir o legado dos governos Lula e Dilma e isolar a Venezuela na região (SIMÕES, 2019, p. 17).

Ainda que tenha sido instituída outra tentativa de uma cooperação para a defesa no continente, a saída e o esvaziamento de uma organização como a UNASUL, a qual não era tão recente, tinha uma boa quantidade de membros e já estava em andamento, é uma perda muito grande para a política industrial de defesa dos países da América do Sul. Sobretudo para o Brasil, sendo um líder regional e que fomentou essa união estratégica, sua saída gerou impactos e influenciou diretamente

no esvaziamento. Os próprios princípios da END e das CDS de produzir os materiais de defesa em conjunto foram impossibilitados de serem levados adiante, o que, como consequência direta, afetou o comércio internacional desses materiais e a balança de comércio exterior brasileira.

A melhora no cenário da Base Industrial de defesa do Brasil, a partir dos anos 2000, pode ser evidenciada pelo aumento nas exportações dos equipamentos militares. Foi nesse período que os produtos brasileiros comercializados no mercado externo puderam se beneficiar dos gastos militares de diversos países na década de 2000, contrário do que ocorreu no processo da queda brusca dos anos 1990 (NEGRETE et al, 2016).

A composição da pauta exportadora, como já foi comentado, é dominada pela venda de aeronaves com o protagonismo da Embraer, sendo o destaque para o avião Super Tucano (MORAES, 2012). Dentre os países que adquiriram o modelo entre 2000 e 2013 aparecem: Chile, Equador, Angola e República Dominicana. Além da Embraer, outras empresas realizaram vendas externas de produtos militares, como a Mectron com a venda de mísseis e a Avibras vendendo veículos, radares e os sistemas Astros II. Os principais compradores de materiais de defesa brasileiros, entre os anos 2000 e 2010 foram a Colômbia, Equador e Chile, juntos totalizaram 48% das exportações do setor. Neste período, as aeronaves representaram 81,3% das exportações (NEGRETE et al, 2016).

Dentro das limitações do mercado mundial de materiais de defesa já citados, mesmo que os produtos brasileiros não tenham grande impacto no mercado global, as exportações podem ser direcionadas aos países vizinhos que não possuem grandes capacidades industriais no setor. Mesmo que haja dificuldades no mercado internacional, o mercado regional aparece como um caminho viável e com potencial, considerando o entorno estratégico do país (NEGRETE et al, 2016). Segundo o Livro Branco de Defesa (Brasil, 2012), por entorno estratégico do Brasil entende-se os países da América do Sul (principalmente os que compõem a Unasul) e a África Ocidental (principalmente os que compõem a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas). Nesse sentido, o Brasil teria cerca de 32 países sem a tradição de

produção de armamentos, sendo assim consumidores em potencial (NEGRETE et al, 2016).

Em relação aos números do intercâmbio comercial do Brasil com o continente sul-americano, os dados utilizados para a análise são do SIPRI com o auxílio da pesquisa de Foresti (2019), bem como outras bibliografias. O SIPRI desenvolveu um indicador chamado Trend-Indicator Value (TIV), que serve para medir o volume das transferências internacionais das principais armas convencionais (SIPRI, 2022). Esse indicador permite fazer a comparação entre as transferências de diferentes tipos de armas e identificar as tendências gerais (FORESTI, 2019).

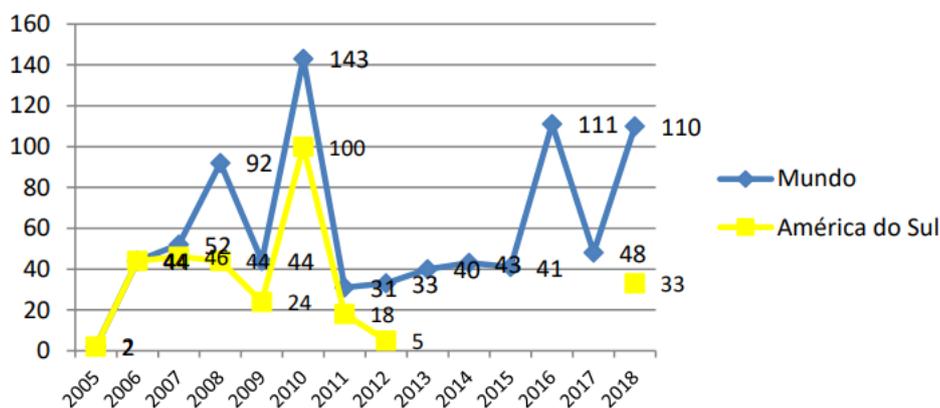
No período entre 1996 e 2005, o SIPRI registrou apenas duas transferências de materiais de defesa do Brasil com a América do Sul. No ano de 2005, o Brasil doou seis aviões T-25/Universal para a Bolívia e vendeu mais seis destes para o Paraguai, todos eram de segunda mão (SIPRI, 2022). Entre 2005 e 2018, houve maiores movimentações no intercâmbio comercial de materiais de defesa entre o Brasil e os vizinhos sul-americanos. Os anos de 2013 a 2017 foram os únicos anos que não apresentaram dados de exportações brasileiras de equipamentos de defesa a América do Sul. Em 2005 e 2006, as exportações brasileiras de produtos de defesa foram destinadas 100% a América do Sul (FORESTI, 2019).

O ano de 2006 foi marcado pelas transações sul-americanas, neste ano o Brasil vendeu um helicóptero AS-355/AS-555 Fennec de segunda mão para o Uruguai; três helicópteros 365/AS 565 – Panther também de segunda mão para o Chile; cinco aeronaves de transporte HS-748 de segunda mão para o Equador e ainda, 25 aeronaves 314 Super Tucano novas para a Colômbia, essas últimas foram entregues no entre 2006 e 2008 (SIPRI, 2022). O Super Tucano ficou famoso em 2007, quando foi utilizado pela Força Aérea da Colômbia para atacar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Em relação às porcentagens do total de exportações, entre os anos de 2007 e 2011 o percentual das vendas externas de produtos militares realizadas pelo Brasil para a América do Sul foram acima de 47%. No ano seguinte, 2012, as exportações para a América do Sul representaram 15,15% do total. Após o gap de quatro anos,

em 2018 as exportações brasileiras para os sul-americanos representaram 30% do total exportado pelo país.

Gráfico 9: TIV das Exportações do Brasil para os países da América do Sul e para o mundo - 2005/2018



Fonte: Foresti (2019), p. 5, com dados obtidos através do SIPRI.

Como é possível observar pelo gráfico, nos primeiros anos analisados, até 2012, as linhas de exportação mundo e América do Sul evoluem praticamente no mesmo ritmo, muito parecidas. A partir de 2013, quando as exportações mundiais se mantêm constantes, as exportações para a América do Sul deixam de existir até 2017, quando até mesmo as exportações para o resto do mundo caem também. Assim que as exportações brasileiras voltam para o mercado sul-americano, em 2018, as exportações para o restante do mundo também dão um salto.

O índice TIV das exportações brasileiras destinadas aos países da América do Sul, de acordo com o gráfico, corresponde a 37,89% do total do período calculado no indicador para as exportações brasileiras de equipamentos militares. Logo, mais de um terço dos armamentos exportados de 2005 a 2018 foram destinados a países sul-americanos (FORESTI, 2019). Novamente, foi constatado, a partir de dados do SIPRI, que 97,5% destas exportações correspondem a área da aviação. Os 2,5% restantes são caracterizados pelas vendas de tanques M-41B de segunda mão para o Uruguai, e bombas guiadas SMKB produzidas pela AEQ, vendidas a Colômbia. (FORESTI, 2019).

A partir desses dados, é possível constatar que 12,7% do TIV total das exportações brasileiras do setor são de equipamentos já usados. Com isso, o percentual restante que configura as vendas de produtos novos é consideravelmente alto, o que beneficia a indústria brasileira de defesa. Ainda assim, para grande parte dos países sul-americanos, os produtos brasileiros de defesa representam uma pequena parte considerando o TIV total das importações, calculado para cada país (FORESTI, 2019).

Sem contar o Brasil e a Venezuela⁷, as maiores economias, de acordo com o PIB de 2018 são: Argentina, Colômbia, Chile e Peru. Em relação a gastos militares, os países que gastaram mais em produtos militares, como o percentual do PIB, foram: Colômbia, Equador, Uruguai e Chile. Por outro lado, ao considerar a participação das exportações brasileiras no TIV das importações no período de 2005 a 2018, a ordem dos maiores resultados calculados pelo indicador é: Paraguai, Equador, Uruguai e Colômbia (FORESTI, 2019).

Quadro 5: PIB de 2018, TIV Total e participação das exportações brasileiras no TIV Total dos países

País	PIB 2018, PPP (a preços de 2011)	TIV Total das importações 2005-2018	Participação das exportações brasileiras no TIV Total 2005-2018 (%)	Gastos Militares como percentual do PIB - 2018
Brasil	2.991.792.213.599,43	3043	-	1,5
Argentina	813.452.664.829,10	248	0,4	0,9
Colômbia	661.959.655.017,30	1923	5,77	3,2
Chile	428.407.191.383,01	4300	1,95	1,9
Peru	409.277.345.773,42	1659	0	1,2
Equador	177.885.729.470,45	634	15,39	2,4
Paraguai	83.911.227.213,51	19	21,95	0,9
Bolívia	79.313.577.790,88	140	3,57	1,5
Uruguai	72.146.055.910,81	192	7,59	2,0
Suriname	7.934.815.701,33	9	0	**
Guiana	5.933.435.139,24	3	0	1,7

⁷ País desconsiderado nos cálculos devido as crises política e econômica enfrentadas no país nos últimos anos, portanto os dados não estão atualizados.

Fonte: Foresti (2019), p. 7-8, com dados obtidos através do SIPRI (2019) e Banco Mundial (2019).

De acordo com a tabela, é possível observar que a Colômbia é um país destaque na região em relação aos gastos militares como percentual do PIB, além da participação nas exportações brasileiras, sendo representadas em 5,77% no período analisado. Por outro lado, apesar da participação considerável nas vendas do Brasil, o país já não é atendido pelas ofertas brasileiras de materiais de defesa desde 2012, o qual foi o último ano que ocorreram exportações para a Colômbia (SIPRI, 2022). Em seguida, o Chile é outro país com destaque em relação ao PIB e TIV das importações de materiais de defesa. Ainda assim, o percentual do indicador em relação às vendas brasileiras é de 1,95%, o que é um valor pouco expressivo. A Bolívia também conta com uma boa participação nas demandas por produtos brasileiros de defesa, aparece com 3,57% no indicador (FORESTI, 2019).

Os países do Mercosul também se destacam nos cálculos totais do indicador. O Paraguai obteve uma porcentagem de 21,95% na sua participação com as exportações brasileiras no período de 2005 a 2018, o que indica que as transações dos produtos de emprego militar tiveram considerável volume. O Uruguai também aparece com números expressivos, 7,59% no TIV total para o período. Por outro lado, a Argentina apresenta uma porcentagem consideravelmente menor do que os vizinhos do bloco, com 0,4% de participação nas vendas brasileiras. Isso significa que, dado o número total das importações argentinas, que foi inclusive maior do que Paraguai e Uruguai, o país deu preferência a uma diversificação nas origens das compras de materiais de defesa. Outro país que apresentou números significativos no indicador foi o Equador, resultando em um total de 15,39% de participação nas vendas de materiais de defesa pelo Brasil. Peru, Suriname e Guiana aparecem com 0% nos totais no TIV das exportações brasileiras, o que significa que não houve intercâmbio comercial entre os países com o Brasil no que tange os materiais de defesa.

Ao trabalhar com o banco de dados do SIPRI, é possível obter apenas estatísticas de armamentos convencionais. Por outro lado, o Ministério da Defesa do Brasil abrange um escopo maior de armamentos exportados, o termo utilizado é

“produtos de defesa” como já foi apresentado na primeira parte deste capítulo. Logo, as armas pequenas e leves são consideradas nas estatísticas do MD (MAGALHÃES, 2016). Segundo as estatísticas do MD, os cinco principais compradores da Base Industrial de Defesa, entre os anos de 2003 e 2014 foram EUA, Colômbia, Indonésia, Equador e Alemanha. Ainda segundo o MD, no mesmo período, os dez principais importadores da indústria de armas brasileiras assinaram pelo menos um contrato relevante com fabricantes de armas pesadas e convencionais, principalmente com a Embraer e a Avibras, como é o caso da Colômbia, Equador e Chile (MAGALHÃES, 2016).

Quadro 6: Principais destinos das exportações brasileiras de Produtos de Defesa (US\$ milhões – 2003-2014)

PAIS	VALOR (US\$)
EUA	1.085.318.358,27
COLÔMBIA	593.754.067,17
INDONÉSIA	397.108.483,56
EQUADOR	284.392.659,80
ALEMANHA	233.532.832,32
MÉXICO	233.160.942,84
PAQUISTÃO	231.018.606,78
ÍNDIA	214.502.459,66
REP. TCHECA	202.500.849,92
MALÁSIA	195.970.337,48
CHILE	151.593.399,38
INGLATERRA	108.104.714,39
ESTÔNIA	105.048.843,02
ANGOLA	102.500.044,00
ISRAEL	82.623.532,63
BÉLGICA	58.683.821,30
A. SAUDITA	55.255.295,16
QATAR	54.114.715,34
BURKINA FASO	52.078.862,00
E. ÁRABES	51.077.037,49
FRANÇA	44.936.831,63
MAURITANIA	42.084.262,00
CINGAPURA	37.535.232,39
ARGENTINA	32.581.695,43

Fonte: Magalhães (2016), p. 68, com dados obtidos através do MD.

Apesar de as estatísticas do SIPRI e do MD terem medidas diferentes, os dados das duas instituições confirmam que o mercado latino-americano tem um papel fundamental tanto no fomento quanto na revitalização da indústria de defesa brasileira. Colômbia, Equador e Chile aparecem como protagonistas nas vendas externas do Brasil, seguidos da Argentina, Paraguai e Uruguai com participações um pouco menores (MAGALHÃES, 2016).

Em relação às importações brasileiras dos países da América do Sul, de acordo com o SIPRI (2022), entre os anos de 1996 e 2018, não houve transações de intercâmbio comercial de equipamentos militares para defesa. Logo, a supremacia brasileira na região sul-americana é mais uma vez evidenciada. Se a balança comercial de materiais de defesa de um modo geral for analisada em um sentido macroeconômico, considerando todas as importações, todas as exportações e de todos os países parceiros do mundo, o saldo sempre será negativo dentro do período analisado.

Por outro lado, se for pego um recorte, como o que foi analisado neste capítulo, considerando as importações e exportações somente para os países sul-americanos, o saldo da balança de comércio exterior do Brasil será positivo, uma vez que houve consideráveis vendas aos parceiros econômicos da América do Sul, em contraste com a totalidade zero de compras neste segmento e derivadas destes países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, historicamente se constituiu como uma influência regional perante os seus vizinhos do subcontinente sul-americano. Por ser o país com maiores capacidades nominais econômicas, de recursos naturais, de densidade populacional, geografia e geopolítica, além de ter inserção no sistema internacional destacada, a influência política do Brasil em fomentar a cooperação econômica e estratégica com os vizinhos da América do Sul foi tema de política externa nas publicações da Política Nacional de Defesa e suas atualizações.

Desse modo, buscou-se investigar no presente Trabalho de Conclusão de Curso, como a PND de 1996 e suas atualizações posteriores influenciaram a maior projeção da indústria de defesa nacional na balança de comércio exterior do Brasil com os parceiros da América do Sul, entre 1996 e 2018. A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível corroborar a hipótese de que o fomento a indústria de defesa, após a publicação da Política Nacional de Defesa no ano de 1996, e atualizações posteriores, resultou em alterações positivas na balança comercial brasileira em decorrência do comércio exterior desses artefatos, principalmente pelo intercâmbio comercial com parceiros estratégicos sul-americanos.

Ao longo dos capítulos, foi utilizada uma abordagem histórica no que tange à indústria de defesa brasileira, expondo suas principais conquistas e as mazelas deste setor. Em relação ao comércio internacional brasileiro, além da abordagem histórica também foi utilizada uma abordagem descritiva a fim de elucidar sobre os conceitos e resultados. Na análise das PNDs, foi utilizada a abordagem descritiva, também a fim de analisar os objetivos, conceitos e diretrizes. Sobre o comércio exterior específico do Brasil com os parceiros sul-americanos, foi utilizada a abordagem explicativa, com o objetivo de não apenas descrever os fenômenos, mas também apontar seus efeitos na balança comercial brasileira.

As considerações sobre o comércio internacional brasileiro evidenciam a herança do perfil agroexportador que o país carrega até os dias atuais, em razão da inserção do Brasil no sistema mundial de comércio ter sido dada pelo modelo liberal conservador. A participação em menor parcela dos produtos com alta tecnologia agregada e, conseqüentemente, alto valor agregado já é uma característica das

transações internacionais do Brasil com o restante do mundo. É possível traçar o nível de desenvolvimento do país baseado na especialização produtiva e o comércio internacional, sendo as exportações de *commodities* característica de países periféricos. O modelo agroexportador impediu o desenvolvimento da tecnologia interna, pois o foco estava em abrir os mercados estrangeiros para as *commodities* brasileiras, e com isso manter o crédito internacional do país.

As consequências desse perfil baseado em exportações primárias e com pouca ou nenhuma tecnologia fizeram com que o país ficasse de certa forma atrasado em relação à alta tecnologia. Ainda assim, o Brasil conseguiu se manter como um exportador influente no mercado mundial, aproveitando as oscilações do mercado para manter a fatia das suas exportações com um certo equilíbrio. A partir dos anos 1990 o cenário começou a mudar com mais intensidade, o fomento a cooperação econômica regional na América do Sul com a formação do Mercosul, o lançamento do Plano Real e a abertura de mercado foram algumas das novidades que trouxeram influência até os dias atuais.

Em relação aos principais parceiros sul-americanos do Brasil, o bloco Mercosul entra com destaque nas relações comerciais. Os países membros (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) tem suas economias parecidas, também baseadas em produtos primários na pauta das exportações. Ainda assim, o Brasil tem uma posição de líder regional no bloco, com a economia maior e mais diversificada entre os membros (FONTES; STELLA, 2017). Os intercâmbios comerciais entre os membros têm o histórico de ser bastante intenso, principalmente entre o Brasil e a Argentina, o que é benéfico a todas as economias dado as questões geográficas e de logística, bem como em relação a cooperação estratégica e regional.

Os demais parceiros comerciais da região também são importantes nas transações comerciais internacionais. O Chile aparece como um grande comprador das exportações brasileiras, comprando produtos como óleo de petróleo, carnes e chassis com motor. Já o Brasil compra cobre, uva, nozes, cloreto de potássio etc. do país. A Colômbia também aparece com destaque no intercâmbio comercial com o Brasil, apesar de essa relação ter sido estabelecida somente a partir do século XXI, pois antes disso os conflitos com as fronteiras impossibilitavam uma relação mais

efetiva. O país compra diversos produtos primários brasileiros, bem como maquinários, equipamento metalúrgicos, automóveis etc., enquanto o Brasil importa resinas, produtos químicos, cabos e metais não ferrosos. Em relação à Bolívia, no ano de 2016 o Brasil chegou a ser o principal destino das exportações bolivianas, já em relação às vendas para o país, são baseadas em manufaturados. Por fim, a Venezuela chegou a ser um grande parceiro comercial do Brasil, o grande fluxo de intercâmbio comercial entre os países acompanha as relações políticas deles. Nas exportações brasileiras ao país se destacam os alimentos, enquanto a Venezuela pode ser caracterizada como uma exportadora de petróleo.

Os parceiros sul-americanos são de grande importância para o comércio exterior brasileiro, os quais demandam diversos setores de produção, desde produtos primários até produtos com alta tecnologia agregada. A maioria dos saldos da balança comercial do Brasil com estes países são superavitários, o que garante a vantagem brasileira.

A Política Nacional de Defesa, publicada pela primeira vez em 1996, tendo atualizações posteriores, veio em um contexto de mudanças no *status quo* mundial. O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial demandaram novas agendas ao sistema internacional. As redemocratizações na América do Sul após períodos de regimes militares evidenciavam essa nova demanda. No Brasil, foi no governo de FHC (1995-2002) que o assunto sobre política de defesa se tornou latente. O documento da PND veio como um marco na definição do papel das Forças Armadas, também institucionalizou objetivos e deveres da Defesa brasileira.

As publicações seguem uma estrutura parecida, iniciando com uma introdução sobre o contexto do sistema internacional da época, o cenário interno, os objetivos e as diretrizes. O documento comenta sobre o fim da Guerra Fria e suas implicações na agenda securitária dos países, sobretudo em um cenário anárquico. Enfatiza a necessidade da cooperação sul-americana, comentando sobre a aproximação com o Mercosul e a influência do Brasil nessa aproximação estratégica. Os objetivos são, de modo geral, ações a fim de preservar o Estado e a população civil. Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a segunda PND é publicada. Essa publicação é parecida com a primeira, porém com novos objetivos e diretrizes. A PND de 1996 é mais enxuta

do que as suas atualizações de 2005 e 2012. A primeira é bastante elementar e conta com os preceitos básicos da segurança nacional, já as seguintes publicações trazem novos dados e mais informações e detalhes de como os objetivos devem ser cumpridos. As novas atualizações trazem bastante citações da ONU, de modo a corroborar com o discurso que é enfatizado, bem como grandes incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento no setor militar e de armamentos.

A Estratégia Nacional de Defesa foi mais um documento de extrema importância que foi publicado em 2008 no governo Lula. Esse documento também aborda fortemente a questão da tecnologia como auxiliar das Forças Armadas. A END, mais uma vez, reforça que a base industrial de defesa deve ser incentivada para competir com os mercados externos, e aumentar a escala de produção. O documento ainda incentiva a parceria estratégica do Brasil com países sul-americanos, com o propósito de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa, dessa forma, seria possível o desenvolvimento da produção de defesa em conjunto com os demais países da região (BRASIL, 2012). Logo, os objetivos e diretrizes da END estão diretamente ligados a UNASUL, organização que promoveu a cooperação estratégica dos países membros em relação à defesa.

A indústria de defesa nacional não é uma instituição nova no país, porém devido a oscilações tanto nacionais quanto internacionais essa vem sofrendo impactos negativos ao longo dos anos. Ainda assim, a Base Industrial de Defesa defende um objetivo importante: o de capacitar o desenvolvimento tecnológico a fim de diminuir a dependência externa. O contexto da ditadura militar possibilitou a BID de utilizar-se da estrutura fabril erguida na época, além de as Forças Armadas terem buscado consolidar instituições de pesquisa e desenvolvimento na época. Diversos programas militares foram lançados na década de 1970 para reequipar e modernizar as FA, como as fragatas Niterói, os blindados EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu e os aviões Xavante. Muitas empresas brasileiras foram criadas nesse período, como a Embraer, Imbel, Avibras, Engesa e Helibras.

Em decorrência da criação de diversas empresas do setor da defesa, os anos de 1980 foram o auge da BID brasileira. As exportações desses materiais tiveram seu auge nesse período, sendo a Embraer, a Engesa e a Avibras as maiores exportadoras

da época. Por outro lado, a partir dos anos 1990, as vendas externas caíram drasticamente, a BID brasileira não conseguiu acompanhar as mudanças externas e internas que aconteciam na época. As empresas que não fecharam no período foram privatizadas, como a Embraer. As importações brasileiras de materiais de defesa subiram demasiadamente, ao passo que as exportações praticamente ficaram nulas, o que gerou números negativos a balança comercial. O cenário negativo durou até meados dos anos 2000, quando o desenvolvimento econômico começou a melhorar bem como o cenário internacional. Com o lançamento da nova PND em 2005 e a END em 2008, a revitalização da indústria nacional começou a dar indícios.

O novo arranjo da indústria de defesa em relação ao reequipamento e a revitalização fez com que o governo iniciasse um conjunto de programas para fortalecer a estrutura nacional de defesa. Alguns dos programas resultantes dessas políticas foram: Prosub – primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear; Programa Helicópteros EC-725; Programa Guarani sobre os blindados; Projeto Astros 2020 sendo um sistema de lançadores de mísseis e foguetes; SISFRON sendo um sistema de sensoriamento e o Programa FZ-2 que diz respeito a compra de 36 caças. Consequentemente, as exportações voltaram a ter força, durante todo período de 2011 a 2019, o principal produto exportado foi a aeronave da Embraer, o Super Tucano; em segundo a lugar a Avibras com os sistemas de artilharia Astros II e em terceiro os mísseis da Odebrecht Defesa.

Por fim, o terceiro capítulo abordou o comércio internacional de materiais de defesa do Brasil com a América do Sul. De modo geral, o saldo da balança comercial brasileira de equipamentos e suprimentos militares apresenta a característica de ser negativo, mas isso não é uma grande surpresa, já que foi constatado que a tecnologia empregada na indústria desse setor é muito alta e cara. Ademais, os processos decisórios no setor dos materiais de defesa são politizados, é o governo que realiza a compra, a produção e ainda regula a exportação das empresas envolvidas nesse campo (DAGNINO; CAMPOS FILHO, 2007).

Em números gerais, entre 2000 e 2009, o Brasil importou US\$2099 bilhões em materiais de defesa, correspondendo a 1,6% do PIB. Entre 2010 e 2018, as compras subiram e totalizaram US\$2115 bilhões. As compras brasileiras têm três fornecedores

principais: EUA, China e UE. Em relação às exportações no período 2000 a 2009, essas caíram ainda mais do que na década de 1990, chegando a 0,2% do total das exportações. No período seguinte, até 2018, os números chegaram em US\$589 milhões (NABUCO; COSTA; MEIRELES, 2020). Os principais destinos das vendas externas da BID brasileira são: EUA, América do Sul e UE.

No ano de 2008 a UNASUL foi criada com o propósito de fomentar a cooperação estratégica da América do Sul, dentro da organização também foi criado o CDS, que além da cooperação estratégica como um todo, aspirava uma aproximação no setor da defesa em específico (BRAGATTI; GONÇALVES, 2018). O CDS aprovou diversos programas de desenvolvimento e produção regional de sistemas e armas. O desenvolvimento seria feito em conjunto com os membros da organização, desde o financiamento até a produção em si. Porém, com as trocas de governos tanto no Brasil como no restante da América do Sul para governos mais conservadores, acabou ocorrendo o esvaziamento da organização, o que, junto a questões de mercado, inviabilizaram a maioria dos projetos arquitetados pelo CDS.

A melhora no cenário da BID do Brasil a partir dos anos 2000 pode ser verificada pela retomada nas exportações de equipamentos militares. O Super Tucano da Embraer foi vendido ao Chile, ao Equador, à Angola e à República Dominicana. Além das aeronaves, a Mectron vendeu mísseis e a Avibras vendeu veículos, radares e os sistemas Astros II. Os principais compradores sul-americanos dos produtos da BID brasileira, no período de 2000 e 2010 foram a Colômbia, Equador e Chile (NEGRETE et al, 2016).

O ano de 2006 foi marcado pelas transações de materiais de defesa sul-americanas, helicópteros e aeronaves foram os protagonistas das compras da Colômbia, Chile e Equador. Tanto produtos novos quanto produtos usados foram exportados pelo Brasil. De 2007 a 2011, a porcentagem das vendas externas dos produtos militares realizadas do Brasil para a América do sul foi acima de 47% do total de vendas externas. O índice TIV das transações de materiais de defesa calculado pelo SIPRI indicou que as vendas externas brasileiras destinadas aos países da América do Sul corresponderam a 37,89%, no período de 2005 a 2018, o que significa que mais de um terço das exportações foram destinadas aos países sul-americanos.

Em relação às importações brasileiras de produtos de defesa da América do Sul, não foram registradas transações comerciais desses itens no período de 1996 a 2018, de acordo com o SIPRI (2022). Esse cenário evidencia mais uma vez a supremacia regional brasileira, agora no sentido das exportações de materiais de defesa para emprego militar. Logo, a balança de comércio exterior dos materiais de emprego militar, para a América do Sul, se apresenta com saldos positivos, pois em comparação a totalidade zero de importações do Brasil, as exportações que ocorreram no período se mostram de grande importância, mesmo que os números absolutos não sejam extremamente altos como acontece com as *commodities*.

Os produtos militares para emprego da defesa nacional não podem ser analisados da mesma forma que os produtos que são regidos pela lei da oferta e da demanda comum. Como foi discutido, esses produtos são politizados e dependem da ação do Estado, essa ação estatal mais acertada acaba tornando as transações mais delicadas. Por outro lado, por se tratar de materiais com emprego bastante específico e que exigem maiores cuidados e fiscalizações, é normal que essa ação aconteça, até por questões de segurança e soberania.

Dado a complexidade tanto da indústria nacional de defesa quanto do comércio internacional do Brasil como um todo e, principalmente, sobre os materiais deste setor, as pesquisas sobre o assunto ainda são escassas na academia. Essa intersecção não foi facilmente encontrada nas bibliografias, uma vez que esse mercado específico possui muitos detalhes, regras, convenções internacionais sobre armamentos, barreiras comerciais etc.

Mas, apesar de existir poucas fontes disponíveis, foi possível confirmar a hipótese de que sim, o comércio internacional dos produtos da BID brasileira com países sul-americanos influenciou positivamente na balança de comércio exterior do Brasil com a América do Sul no período de 1996 a 2018, e principalmente, pela promoção das Políticas Nacionais de Defesa publicadas com o intuito de revitalizar a defesa brasileira. Ainda que haja a dificuldade sobre fontes diversificadas de pesquisa, isso não se torna uma barreira para novas pesquisas sobre o tema em específico, pelo contrário, pela importância para as pesquisas de mercado, tecnologia, pesquisa

e desenvolvimento de novos produtos, novos programas, a revitalização e o reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil, a academia deve estar fortemente presente e andando em conjunto com os setores militares, portanto esta pesquisa serve como um incentivo a maiores aprofundamentos e novas análises do tema.

Dado o exposto, a cooperação estratégica da América do Sul é um bem que se mostra cada vez mais latente em relação a necessidade dessa aproximação. O esvaziamento da UNASUL foi uma grande perda para a cooperação em defesa dos países sul-americanos, uma organização que já estava pronta e em funcionamento ter se perdido em meio a disfunções ideológicas só evidenciou a fragilidade da atual onda conservadora na América do Sul. A união de países em desenvolvimento para uma agenda tão importante e de alta tecnologia agregada, o que normalmente é uma dificuldade para países, é uma facilitadora na pesquisa e desenvolvimento, produção e nas exportações regionais ou até mesmo nas vendas externas para países fora da América do Sul.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Liliana Margarita Oñoro. **ANÁLISES DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COLÔMBIA - BRASIL NO CONTEXTO LATINOAMERICANO**. Dissertação, UFBA. Salvador, 2003.

ALMEIDA, Carlos Wellington de. **Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas**. Programa de Doutorado em Administração Universidade de la Empresa - UDE Montevideú, Uruguai. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 220-250.

ANDRADE, Israel de Oliveira et al. **O fortalecimento da indústria de defesa do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ANDRIOTTI, Luiza Salazar. **O papel político dos militares no Brasil e seu reflexo na política de defesa atual**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/96712>. Acesso em: 23 dez. 2018.

AVERBUG, André. **Abertura e integração comercial brasileira na década de 90**. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 43-82.

AVIBRAS. Nossa história. 2022. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/institucional/nossa-historia.html>. Acesso em novembro 2022.

BRAGATTI, Milton Carlos. GONÇALVES, Rubén Miranda. **Cooperação na área de defesa na Unasul: um balanço do conselho de defesa sul-americano (CDS) e seus limites atuais**. 2018. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 13(2), 73-95. DOI: <https://doi.org/10.18359/ries.3303>. Acesso em dezembro 2022.

BRASIL, **Livro branco da defesa nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL, Ministério da Defesa – Marinha do Brasil. Prosub, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em outubro 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. **DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL, Planalto. **Plano Brasil Maior**. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/plano-brasil-maior.pdf>. Acesso em outubro 2022.

BRASIL. Ministério da Economia (ME), Secretaria de Comércio Exterior. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados**. Séries Históricas Detalhadas. Países e Blocos. Brasília, ME, 2022. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html. Acesso julho 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores MRE. **BRASIL – CHILE BALANÇA COMERCIAL**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos DPR. Divisão de Inteligência Comercial DIC. Guia de Comércio Exterior e Investimento, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores MRE. **COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos DPR. Divisão de Inteligência Comercial DIC. Guia de Comércio Exterior e Investimento, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores MRE. **COMO EXPORTAR: BOLÍVIA**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos DPR. Divisão de Inteligência Comercial DIC. Guia de Comércio Exterior e Investimento, 2011.

BRASIL. **O grupo dos 20 – G20. A organização do G-20 e a representação brasileira**. Ministério da Economia ME, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/grupo-dos-20-g20>. Acesso em julho 2022.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesanacional-1996.pdf>. Acesso em setembro 2022.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

BUZAN, B; WAEVER, O; WILDE, J. **Security, a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CAVALCANTE, Tiago. LIMA, Marcos Costa de. **“A POLÍTICA COMERCIAL DO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM O MERCOSUL E COM O RESTO DO MUNDO.”** SÉCULO XXI, vol. 4, no. 2, 2013. ESPM. Disponível em:

<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/issue/view/345>. Acesso em julho 2022.

CEPIK, Marcos (ed.). **Segurança Internacional Práticas, Tendências e Conceitos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

CEPIK, Marcos. **Segurança Regional e Integração da América do Sul**. In: CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira**. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 1997, v. 40, n. 2, pp. 5-26. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000200001>>. Acesso em maio 2022.

COSSUL, Naiane I. **Balanço da Política de Defesa Nacional Brasileira: de uma ação declaratória a um projeto estratégico**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/201184>. Acesso em julho 2022.

COSTA, Armando Dalla. SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. **Embraer, história, desenvolvimento de tecnologia e a área de defesa**. *Economia & Tecnologia* - Ano 06, Vol. 22 - Julho/Setembro de 2010.

DAGNINO, Renato Peixoto. CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. **A revitalização da indústria de defesa brasileira: análise da alternativa Cooperação Sul-americana/ europeia**. *VÉRTICES*, v. 9, n. 1/3, jan./dez. 2007.

EPEX, Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Programa Astros 2020**, 2022b. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/images/pdf/FOLDER-ASTROS.pdf>. Acesso em outubro 2022.

EPEX, Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Programa Estratégico do Exército Guarani**, 2022. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/images/pdf/FOLDER-GUARANI.pdf>. Acesso em outubro 2022.

EPEX, Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Sisfron**, 2022c. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em outubro 2022.

ESQUIA, Jean-Pier de Vasconcellos. **Indústria nacional de defesa: oportunidades a partir da manutenção e da obtenção durante o ciclo de vida dos sistemas e materiais de emprego militar**— Porto Alegre, RS: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2022.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FILHO, Luís Abel da Silva. LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES PARA OS SETORES INDUSTRIAIS E DE COMMODITIES**. Anais, XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER, Rio de Janeiro – outubro de 2019.

FILHO, Oscar Medeiros. **A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL DE DEFESA PARA A AMÉRICA DO SUL: AGENDAS E DESAFIOS**. Lua Nova, São Paulo, 101: 203-220, 2017.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. CUNHA, André Moreira. LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. LIMA, Manuela Gomes. **As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 41-56, 2015.

FONTES, Felipe Campos. STELLA, Milton André. **O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul-Americano**. Revista de Economia – Universidade Federal do Paraná, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v38i65.46651>

FORESTI, Iliane Jesuína Silva. **Exportações de equipamentos de defesa: Brasil - América do Sul no período de 2005 a 2018**. Associação Brasileira de Estudos de Defesa, ERABED, 2019.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **As origens da Embraer**. Tempo Social, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100012>>. Acesso em outubro 2022.

GARCIA, Ana Laura. **AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 1998 E 2018**: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

GILL, Larissa F. LAMBERTI, Eliana. **Comércio Internacional brasileiro no MERCOSUL**. 8º ECAECO, Ponta Porã – MS, 2016.

HEYE, Thomas. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**. Fundação Getúlio Vargas, 2022. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-da->

[republica#:~:text=A%20origem%20da%20Secretaria%20de,nacional%2C%20o%20meio%20ambiente%2C%20dentre.](#) Acesso em outubro 2022.

GFP. Global Firepower – World Military Strength. **2022 Military Strength Ranking. 2019.** Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/>. Acesso em novembro 2022.

GUIMARÃES, Edson Peterli. **A base industrial de defesa (BID) brasileira no cenário internacional no período 2008 /2017.** IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: GUIMARÃES, TD 010 - 2019.

HORA, Charles Martins. POTT, Anna Caroline. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA NO BRASIL À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.** o Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais – SimpoRI 2016.

KÜPFER, David. CASTILHO, Marta. DWECK, Esther. NICOLL, Marcelo. **Diferentes parceiros, diferentes padrões: Comércio e mercado de trabalho do Brasil nos anos 2000.** Divisão de Comércio Internacional e Integração. Santiago, 2012.

LEÃO, Wandick. SANTOS, Juliana Bonomi. SILVA, Caio Sousa. **A indústria de defesa no Brasil: investigando a competência essencial.** Revista Brasileira de Estratégia e Defesa v. 5, nº 2, jul./dez. 2018.

LEUSIN Jr., Sérgio. **A inserção internacional de potências médias : evidências da afirmação de países em desenvolvimento a luz da evolução do sistema multilateral de comércio.** Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LIBÂNIO, Gilberto. MORO, Suelo. LONDE, Anna Carolina. **COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE ESPACIAL.** Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 377-397, set./dez. 2020. <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p377>.

LOPES, Renata Rossetto. CARVALHO, Carlos Eduardo. **Acordos bilaterais de comércio como estratégia de inserção regional e internacional do Chile.** Contexto Internacional [online]. 2010, v. 32, n. 2 , pp. 643-693. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000200011>. Epub 15 Ago 2011. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000200011>. Acesso em julho 2022.

MAGALHÃES, David Almstadter Mattar. **A POLÍTICA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO DE ARMAS NO CONTEXTO DA REVITALIZAÇÃO DA BASE**

INDUSTRIAL DE DEFESA. Programa de Pósgraduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2016.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **O Brasil e as grandes tendências do comércio internacional no século XXI.** Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 142, mar.-abr. 2014 [p. 10 a 19].

MARMITT, Luis Henrique. **AS RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE BRASIL E COLÔMBIA (1990-2015).** Trabalho de Conclusão de Curso, UNIVATES. Lajeado, 2015.

MATTEI, Lauro. JÚNIOR, José Aldoril dos Santos. **Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada.** Revista de Economia, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009. Editora UFPR.

MELO, Regiane de. **INDÚSTRIA DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO** Estudo comparado França-Brasil. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2015.

MENDES, Gustavo. A Dinâmica Comercial Brasil-Venezuela: **O Impacto Da Crise Venezuelana Nas Relações Comerciais Com O Brasil No Período De 2005 – 2017.** Monografia, UNSUL. Tubarão, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21a. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **A inserção externa da indústria de defesa: 1975-2010.** Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1715.pdf. Acesso em outubro 2022. Acesso em novembro 2022.

MOREIRA, Heloíza Camargos. **O Comércio na América do Sul e oportunidades para o Brasil.** CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, Brasil, 2007.

MORGENTHAU, H.J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz.** Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

NABUCO, Beatriz de Moraes. COSTA, Lúcia de Fátima Lúcio Gomes da. MEIRELES, Elisângela Cabral de. **Análise sobre a participação do comércio internacional da indústria de defesa na balança comercial brasileira.** Revista Principia, nº 56. João Pessoa, 2021.

NAGEL, Marina Gonçalves. **A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM A COMUNIDADE ANDINA: UMA ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA CORRENTE DE COMÉRCIO.** Monografia, UNESC. Criciúma, 2016.

NIEWIEROWSKI, Matheus Vasques. **O comércio Exterior Brasileiro e suas Relações Comerciais.** Assembleia Legislativa, Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

NEGRETE, A. C. A. et al. **Mapeamento da base industrial de Defesa.** Brasília: ABDI/Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_livro_mapeamento_defesa.pdf Acesso em novembro 2022.

PONTES, Marcos Rosas Degaut. **O QUE É SEGURANÇA?** Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, n. 9, maio 2015.

RIZZOTTO, Eduardo. **Comércio exterior cresce acima do PIB Brasileiro.** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). INFRAERO aeroportos, 2019.

RIZZOTTO, Eduardo. **Crescimento da economia brasileira se reflete no comércio exterior.** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). INFRAERO aeroportos, 2018.

RODRIGUES, Guilherme Antônio Matos. **O FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.** Monografia, Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2020.

RONCONI, Giordano Bruno Antoniazzi. **Análise do mercado internacional de aeronaves militares: requisitos e possibilidades de participação.** Trabalho de Conclusão de Curso. Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2014.

RUDZIT, Gunther. CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **Política de Defesa é uma Política de Governo.** Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 1, jan./jun. 2015, p. 33-52.

RUGGIO, Rodrigo Alves Pinto. SILVA, Carlos A. Canêdo Gonçalves. **A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE DEFESA E O COMPROMISSO DO PAÍS COM A TRANSPARÊNCIA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ARMAS.** 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Defensa y seguridad. Atlas comparativo de la defensa en América Latina.** Buenos Aires, 2010.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. ZAGUE, José Augusto. **A INDÚSTRIA DE DEFESA E A AUTONOMIA ESTRATÉGICA: A POSIÇÃO DO BRASIL E A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA AMÉRICA DO SUL.** Rev. Esc. Guerra Nav., Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 297-327. maio/ago. 2017.

SANTOS, Andressa de Melo. **O REALISMO NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Faculdade DAMAS – Caderno de Relações Internacionais – V.3, N.5 (2012).

Disponível em:

<http://www.faculdadedamas.edu.br/revista/index.php/relacoesinternacionais>. Acesso em 23 janeiro 2023.

SARQUIS, Sarquis José Buiainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SILVA FILHO, Edison Benedito. **BASE INDUSTRIAL DE DEFESA DO BRASIL: NOTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES**.

Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 23 | Maio/Ago. 2017

SILVA, Fernanda Aparecida et al. **Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados**. Nova Economia [online]. 2018, v. 28, n. 3, pp. 807-848. Disponível em: ISSN 1980- 5381. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2951>. Acesso em maio 2022.

SILVA, Fernando José Sant'Ana Soares e. **O poder militar brasileiro como instrumento de política externa**. In: SILVA Filho, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SIMÕES, Renata Moraes. **A modificação da postura brasileira na UNASUL: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019)**. Revista NEIBA: cadernos Argentina-Brasil, vol. 8, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/45180/31410>. Acesso dezembro 2022. Acesso em dezembro 2022.

SIPRI. **Stockholm International Peace Research Institute**. 2022. Disponível em: [https:// www.sipri.org](https://www.sipri.org). Acesso em novembro 2022.

SIPRI. **Sources e Methods**. 2022. Disponível em:

<https://www.sipri.org/databases/armstransfers/sources-and-methods#TIV-tables>
Acesso em novembro 2022.

SIPRI. **Registros Comerciais**, 2022. Disponível em:

https://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php Acesso em novembro 2022.

SOARES DE LIMA, Maria Regina et al. **Atlas da política brasileira de Defesa**. Buenos Aires/CLACSO; Rio de Janeiro/Latitude Sul, 2017. Disponível em: ≤

<http://latsul.org/2017/05/17/atlas-da-politica-brasileira-de-defesa-disponivel-paradownload/>> Acesso em maio 2022.

SOUZA, Perilônia Oliveira Campos. SILVA, Maria Lussieu. **ASPECTOS GERAIS DA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA NO MERCADO INTERNACIONAL: OS GOVERNOS DE FHC, LULA E DILMA EM SEUS PRIMEIROS MANDATOS.** REVISTA DE ECONOMIA REGIONAL, URBANA E DO TRABALHO - Volume 06 | Nº 02 | 2017.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais.** Gradiva Publicações. Lisboa. 2002.

THUDIUM, Guilherme Paiva Stamm et al. **Estudos de Segurança Internacional em Perspectiva Histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária.** s.l., 2016.

TOREZANI, Tomas Amaral. **A Dinâmica da Inserção Brasileira no Comércio Internacional nos Anos 2000: uma análise por conteúdo tecnológico.** Mestrado em Economia, Universidade Estadual de Maringá 2013.

VALENTE, Mario Schettino. **POLÍTICA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (1985-2018): OS EFEITOS DA AÇÃO EXTERNA DO ESTADO BRASILEIRO SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR.** Tese de pós-graduação, UFMG. Belo Horizonte, 2020.

ZUCATTO, Giovana Esther. **A Ascensão da Direita na América do Sul Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, n. 1, jan./ mar. 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2019_n1-jan-mar.pdf Acesso em dezembro 2022.